

IDÉIA DE CONSTITUIÇÃO DE UM ESCRITÓRIO EXPERIMENTAL DE PROJETOS

A idéia da criação de um Escritório de Projetos, ligado à Universidade, não é nova, embora rara, ao menos na forma em que o estamos concebendo: como um laboratório permanente de extensão dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, congregando professores, formando alunos e servindo à cidade.

A rigor, uma tal iniciativa deveria ser quase uma consequência natural da noção mesma de Universidade, enquanto ensino, pesquisa e extensão, vinculando, além do mais, a academia à sociedade.

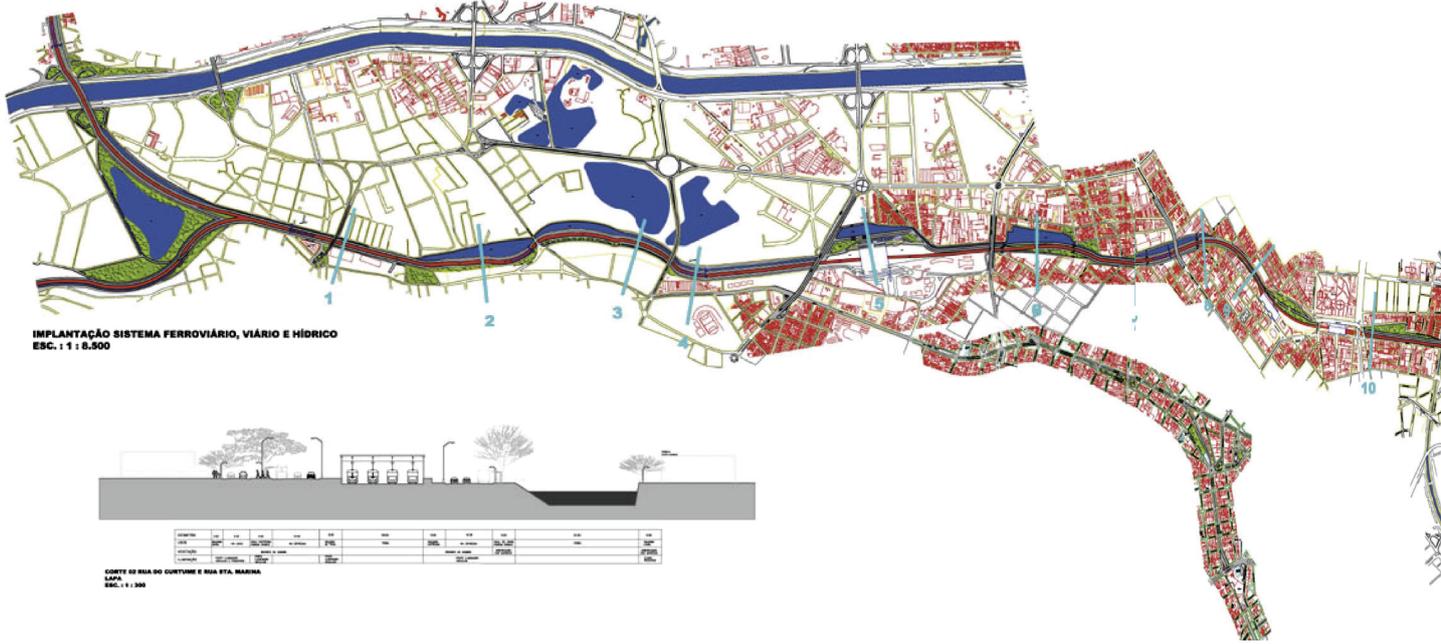
Foi com esse espírito que, ao serem criados os cursos de pós-graduação da Universidade Mackenzie, e tendo eu sido convidada por sua primeira diretora, Nadia Somekh, em 2005, a fazer parte do corpo docente da pós-graduação, tomei a iniciativa de propor-lhe a criação desse Escritório Experimental de Projetos, o que foi logo aceito por ela, a qual, inclusive, ajudou-me a encontrar o nome adequado.

O passo inicial foi conferir as experiências similares, nacionais e internacionais. O primeiro exemplo veio de muito perto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – o exemplo mais instigante e que me foi relatado, na primeira entrevista realizada, por Miguel Pereira, ex-diretor daquela Faculdade. Trata-se do Centro de Planejamento – Ceplan, que se originou com o intuito de projetar e realizar os prédios da própria UNB, mas, posteriormente, estendeu sua atividade para fora da Universidade, com projetos públicos e mesmo, mais adiante, convênios com outras instituições. Uma hipótese de ação conjunta que logo me pareceu extremamente sugestiva, pois, sendo o Mackenzie uma instituição privada, teria, assim, a possibilidade de atuar também na área pública.

Além da constatação do fato, tão estimulante, da atuação do Ceplan, coincidia que contávamos, entre os colegas da FAU-Mackenzie, com um ex-coordenador daquele centro: Pedro Paulo Melo Saraiva, além dos colegas de departamento que lá trabalharam: José Paulo de Bem, Sérgio Fiuza e Celso Franco, igualmente entrevistados por mim.



CORTE DE ESTAÇÃO BARRA FUNTA E VIA DE TORNADO PAVÃO/PRATAZ
ESC. 1:1.500



IMPLANTAÇÃO SISTEMA FERROVIÁRIO, VIÁRIO E HÍDRICO
ESC. 1:8.500

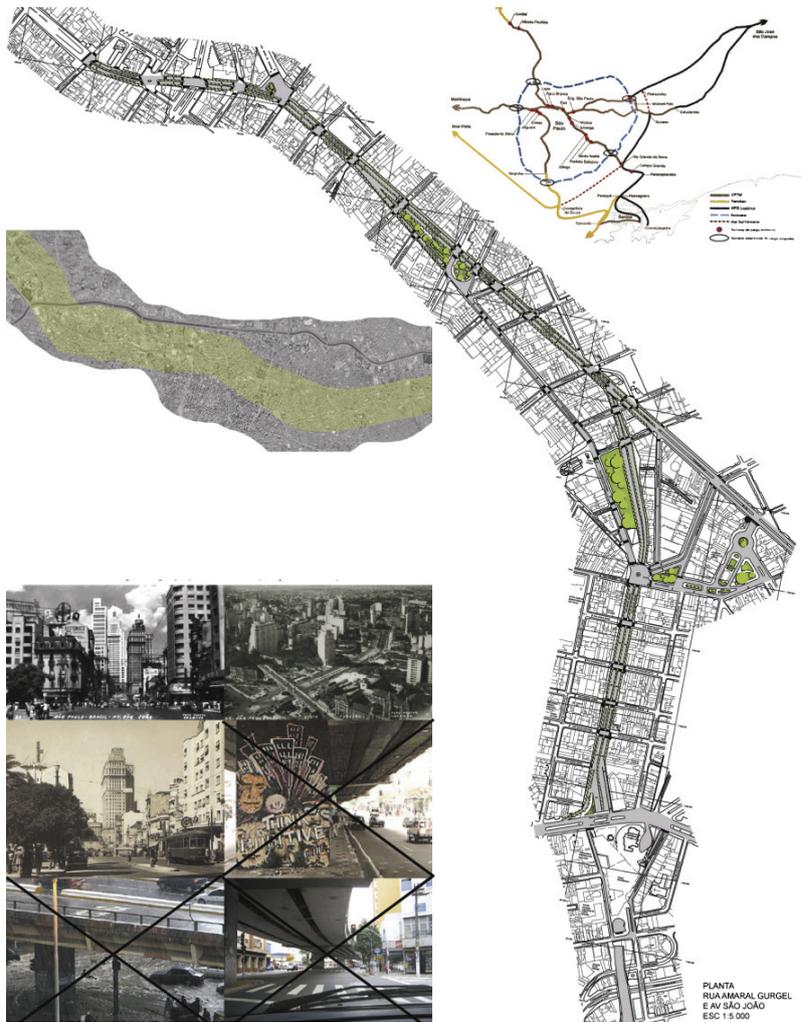
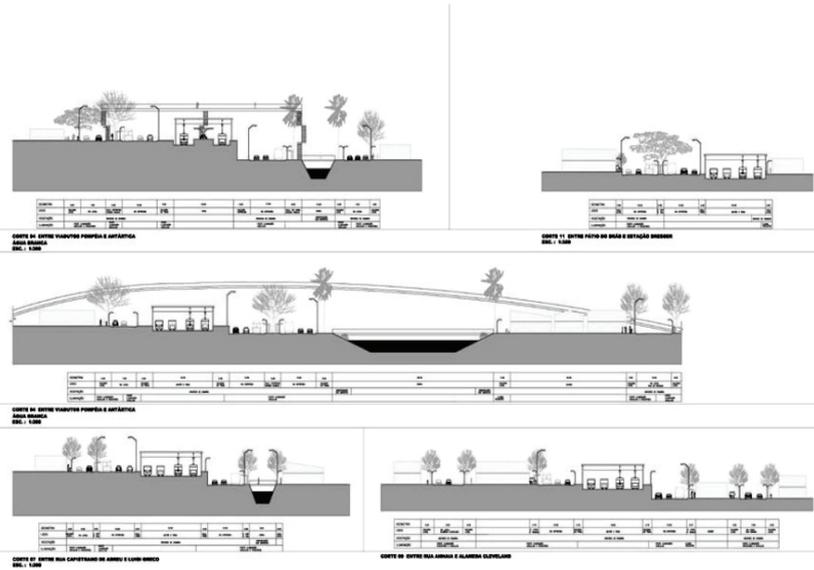


CORTE 02 RUA DO CURTUME E RUA STA. MARINA
LAPA
ESC. 1:1.500



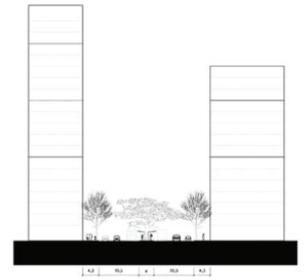
CORTE 01 ENTRE JORN. HARRISON E VILLAS ESPERE. LAPA
ESC. 1:1.500

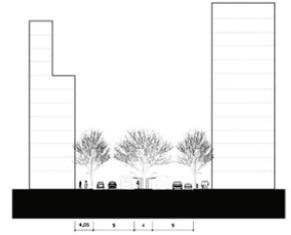
CORTE 03 ENTRE RUA DO CURTUME E RUA STA. MARINA
LAPA
ESC. 1:1.500





NOVA AVENIDA SÃO JOÃO





NOVA AMARAL GURGEL



Acrescentamos, ainda, o depoimento de José Filgueiras Lima, primeiro coordenador do Ceplan e com vários projetos na área pública, destacando-se a rede de hospitais Sarah Kubitschek.

A experiência da Poli-Química da USP era outro exemplo mais ou menos próximo e sugestivo: o Laboratório de Controle de Processo, dirigido pelos engenheiros e professores titulares Cláudio Nascimento e Darcy Oadloak, que desenvolvia, na ocasião, um projeto com a Petrobrás, visando tornar Cubatão um modelo de excelência ambiental.

Outros exemplos vieram da Europa: da Architectural Association – A.A., em Londres, com seu Laboratório de Housing and Urbanism, dirigido por Jorge Fiori, com experiências em países dos três continentes, inclusive no próprio Brasil; do Institut d'Aménagement et Urbanism de la Région de l'Île de France – Iaurif, órgão multidisciplinar ligado ao governo francês que contatei por sugestão de meu colega Tito Livio Francino, tendo sido o entrevistado o geógrafo Gilles Antier, responsável pelos assuntos metropolitanos na América Latina; finalmente, da Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, de la Universidad Politécnica de la Cataluña – ETSAB-UPC; o colóquio, acontecido com o apoio de Luis Espallargas, foi com o diretor do Laboratório de Proyectos, Helio Piñon. Este último, talvez o mais próximo do que estávamos imaginando, diferenciava-se, contudo, por executar projetos públicos ou privados indistintamente, enquanto nossa idéia era, antes de tudo, realizar projetos para a instância pública, portanto, mais diretamente para o estado.

Concomitante a essas entrevistas, começamos o trabalho, o qual imaginamos como uma experiência piloto, com o projeto que aqui apresentamos, destinado à Ligação Leste-Oeste de São Paulo, realizado por ocasião do Prêmio Prestes Maia 2006. O fato de não nos atermos ao Elevado Costa e Silva, como fora proposto, mas à alternativa de repor a cidade histórica e, conseqüentemente, solucionar o problema do tráfego que escoava pela São João, representa, ao mesmo tempo, uma outra maneira de ver a cidade. Ou seja, como um todo, em que se conciliem soluções estéticas, técnicas e humanas, funcionais e ambientais. Enfim, não perdendo de vista as várias dimensões que compõem a urbanidade, ao contrário do ocorrido em nossas cidades, onde a defasagem extrema entre infra-estrutura e malha urbana – um exemplo sendo justamente o Elevado Costa e Silva – mostram a medida da fragilidade do contrato social dessa sociedade.

Era esse quadro de descompasso físico e social de nossa cidade de São Paulo que se pretende contribuir para reverter com a criação do Escritório Experimental de Projetos da FAU-Mackenzie. Um exemplo foi esse nosso projeto para o Prêmio Prestes Maia 2006, no qual tentamos explorar todas as possibilidades oferecidas pelo espaço em que se inscrevia: os canais eram drenos, guarda-corpos, anteparos de segurança que refletiam o céu e concediam respiro à densidade do ambiente construído; a água aflorada irrigava efetiva e visivelmente a várzea e protegia-a com os lagos que umidificam o ar – a natureza, assim, tornava-se cultura e fazia-se cidade. Engenharia e arte se completavam em uma obra de arquitetura. A cidade era pensada técnica, estética e eticamente.

A idéia de constituição do Escritório de Projetos FAU-Mack, proposta em 2005/2006, não foi adiante na Universidade Mackenzie, embora a diretora na época, Nadia Somekh, fosse favorável, tendo, inclusive, em 2006/2007,

chancelado as reuniões com a Camargo Correia, que se interessou pelo projeto da Ligação Leste-Oeste de SP aqui publicado, primeiro e único projeto elaborado pelo escritório em questão. Realizaram-se várias reuniões envolvendo a FAU-Mackenzie, o Instituto Mackenzie, por meio de seu departamento jurídico, os autores do projeto e a Camargo Correia: nas tratativas que se seguiram havia dúvidas concernentes a questões contábeis e sobre o caráter jurídico do escritório, entre outras. Nunca houve, entretanto, um parecer formal em contrário. Em 2008, na condição de coordenadora do projeto mencionado e com o auxílio do colega Miguel Pereira, encaminhei o projeto à FAUUSP, na reunião com o diretor Sylvio Sawaya, que, por sua vez, encaminhou-o à Fupam sob a presidência do colega Pedro Taddei.

Ao publicar esse projeto, com as entrevistas que eram pontos de apoio na criação do Escritório, esperamos estar contribuindo não só para divulgar nossa prática “experimental” como para sugerir que outras escolas de arquitetura criem escritórios ou laboratórios com escopo semelhante.

PROJETO: PRÊMIO PRESTES MAIA 2006

A idéia do projeto é a de uma dupla reposição, da história e da geografia, associada à resolução dos fluxos da ligação leste-oeste conseqüente ao desmonte do Minhocão.

A EXPRESSA DOS AUTOS

Outrora, as antigas linhas ferroviárias Central do Brasil, Sorocabana e Santos-Jundiaí corriam passando por São Paulo no mesmo leito, com largura considerável justamente para comportar, predominantemente, o fluxo de carga. Dado que esse leito está hoje subutilizado, propomos que tal leito abarque, além dos trens de passageiros, um binário expresso de autos e ônibus.

Essa expressa, em substituição à atual Radial Leste (Radial esta que permanecerá em seu leito, mas não em seu fluxo, diminuído em 60%) bifurca da Radial a partir da Estação Belém e ao longo dos trilhos segue até o Pátio da Lapa.

O CANAL E OS LAGOS

Propomos, ainda, lindeiro aos trilhos, um canal articulado com alguns lagos – no antigo Porto de Areia – e córregos destampados sempre que possível, os quais funcionariam como reserva-dreno das águas que vêm do espigão. A idéia é esse canal conter a velocidade das águas, reservando-as em lagos e canais articulados e, finalmente, lentamente deságüe-os no Tietê. A península resultante inicia-se na foz do Tamanduateí, estende-se até a Lapa e é ladeada pelo rio Tietê. Essa península deverá tornar-se uma área de excelência urbana não só pela diversidade de usos e grande oferta infra-estrutural, mas também pela nova paisagem criada pelas águas.

CONTRIBUIÇÃO AO CONTROLE DE INUNDAÇÕES

Abrangência

Os corpos d'água criados, canal e lagos, constituem dispositivos que possibilitam os afluentes abrangidos terem suas descargas máximas no rio Tietê dentro dos limites fixados pelo projeto implantado nesse rio. Tais limites são as chamadas “vazões de restrição de descarga” nesse rio, fixadas pelo “Plano de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê”, sem as quais o município de São Paulo continuará sujeito à conseqüência de inundações.

Diretrizes construtivas do canal (e lagos)

Claro, nessa fase, pode-se apenas conceituar alguns dos principais dispositivos do que o sistema deverá dispor. Em projeto, oportunamente, as complexas relações do canal com todas as utilidades urbanas serão resolvidas. Em especial, as interseções com as faixas transversais viárias (como, por exemplo, os cruzamentos com projeções da avenida Pacaembu, prolongamento da avenida Pompéia e viaduto Antártica), com suas presentes canalizações (dos afluentes, etc.), deverão ser harmonizadas. Em relação à entrada das águas no canal, ocorrerá uma multiplicidade de situações, e quanto às saídas d'água do canal haverá um número dessas bem próximo ao número de afluentes abrangidos. Em outras palavras, os caminhos plúvio-fluviais, hoje existentes entre a ferrovia e o rio Tietê, provavelmente serão mantidos em número, naturalmente disciplinando-se (melhorando-se) tais condutos, os quais serão, tanto quanto possível, tornados abertos. Poderá ocorrer que, mesmo o canal em si, em tramos bem limitados, tenha de ser coberto. O canal (adicionado aos lagos) terá função permanente, com circulação de águas, desejavelmente apenas de origem pluvial superficial e freática (isto é, das nascentes).

Também, o canal (e lagos) terão função de controle de inundações. A primeira função será viabilizada pela parte mais profunda do canal (e lagos) com saídas dimensionadas de tal forma, que seja escoado o caudal, no mesmo “ritmo” com que entrar. Quanto à segunda função, será viabilizada pela porção superior do canal (e lagos) com saídas bem maiores que as da parte inferior, de forma a escorar-se para jusante (em demanda ao rio Tietê), em um período de tempo determinado, de sorte a não ser excedida a vazão que cada leito de afluente comportar, isto é, de forma que o “volume de espera” possa, sem problemas, ser esvaziado.

AS NOVAS AMARAL GURGEL E SÃO JOÃO

Com o desmonte do Minhocão, repõe-se a cidade histórica.

Essas vias retomam seu caráter de *boulevard* com seus passeios generosos e arborizados. Reverte-se o processo de deterioração do entorno restituindo-se a vitalidade dos usos diversos próprios das áreas centrais. Retomamos, enfim, nessa enorme metrópole, a cidade na escala tão singular e tão própria do Centro: Arouche, praça Marechal Deodoro, Amaral Gurgel e São João, a cidade amigável.

O ENTORNO

Dado que o projeto pretende otimizar a capacidade de infra-estrutura ferroviária, viária e hídrica, ação que irradiará em seu entorno, prevê-se serem necessárias sucessivas operações urbanas na área de influência imediata do projeto, acarretando a necessidade de revisão das leis urbanísticas para a proposição de coeficiente de aproveitamento superior ao existente, porém mantendo rígido controle sobre a taxa de ocupação e as devidas regulamentações quanto à permeabilidade do solo, em se tratando de um território de várzeas.

Novos usos deverão ocorrer com a atualização da legislação: nas zonas nas quais as indústrias estão em processo de desativação, prevendo mesclar os vários usos (residência, serviços e comércio), assim como nas regiões ao redor das estações que tendem a adensar-se.

O território como um todo é proposto como um complexo infra-estrutural de transportes de alta capacidade e qualidade, articulado aos sistemas de drenagem e vegetação, para que a cidade se faça em sua geografia, história e infra-estrutura.

A cidade como possibilidade plena dos cidadãos acontece fundada em uma relação entre civilização e cultura, na qual a primeira realiza e concretiza a invenção e hipótese da outra (Hannah Arendt). A defasagem monumental entre rede de infra-estrutura e malha urbana nas cidades dos países emergentes indica o limite e o traslado de situação, sobretudo, dessas metrópoles. Nesse deslocamento do cotidiano e da condição do cidadão, no âmbito da ação a qual nos propúnhamos, qual seja, a da constituição de um escritório de projetos, a questão que se colocava era a da reflexão e proposição referentes à natureza contemporânea dos espaços e equipamentos públicos.

A idéia de constituição de um Escritório Experimental de Projetos na FAU-Mack é tributária da interface entre universidade e sociedade, instância na qual a Universidade, campo de excelência da produção e invenção do conhecimento, propõe ações de potencialização das relações em sociedade, em nosso caso, na esfera das cidades e seus equipamentos. A constituição do EEP-FAU-Mack, portanto, apresenta-se como consequência natural, sobretudo no momento em que o Mackenzie iniciava seu processo de constituição plena como Universidade *lato sensu*.

As entrevistas e colóquios que se seguem fizeram parte do processo de reflexão para a estruturação desse Escritório e o projeto para o Prêmio Prestes Maia 2006 – Ligação Leste-Oeste de São Paulo – foi a primeira ação efetiva do mesmo.

ENTREVISTAS/COLÓQUIOS

Hélio Piñón

Colóquio realizado em 21 e 22/5/2007

Hélio Piñón
Arquiteto, professor
da Escola Técnica
Superior de
Arquitetura de
Barcelona da
Universidade
Politécnica da
Catalunha e ex-diretor
do extinto Laboratório
de Projetos da
ETSAB.

Por preferir não gravar o colóquio, inicialmente Hélio Piñón disse que enviaria por escrito suas considerações à interlocução proposta, mas, finalmente, abordou as questões de modo coloquial e sugeriu que fossem complementadas. Segue, portanto, uma espécie de tessitura de nosso colóquio.

Sobre o funcionamento do laboratório, quase oposto ao escopo do Escritório Experimental de Projetos Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack), cuja ênfase é infra-estrutural e, necessariamente, de interesse público, seus projetos são encomendas vindas de qualquer lugar, privados ou públicos, da casa à torre.

Abarca também projetos puramente investigativos, no caso específico, o de uma torre que forneceu as bases, posteriormente, ao que se encontra hoje em obra em Barcelona.

“A criação do Laboratório de Projetos da ETSAB-UPC, existe desde 1999, e me ocorreu que, do mesmo modo que os engenheiros tinham laboratórios onde exerciam sua profissão com as encomendas da indústria, os arquitetos poderiam organizar centros similares: o reitor me disse que não só isto era possível, como desejável: exercer a profissão em um laboratório universitário é o único modo através do qual, um professor com dedicação plena à docência, possa vir a ter consciência empírica do que ensina e não dependa apenas dos livros.

Em 1997 deixei o escritório que havia compartilhado com Alberto Viaplana durante 30 anos. Entre os motivos da minha decisão pesou de maneira decisiva minha inconformidade com a situação da arquitetura: não queria continuar atuando no marco de relações profissionais pervertidas pela artificialidade e pelo espetáculo.”¹

O objetivo do laboratório era, exclusivamente, o de desenvolver projetos com o máximo de qualidade, pressupondo o tempo necessário, independente de qualquer pressão comercial e para qualquer escala.

“É um organismo modesto montado a partir do nosso compromisso com a qualidade e a convicção de que é impossível desenvolver uma docência de qualidade à margem do exercício profissional. Trata-se de um centro de elaboração de arquitetura em todos os seus aspectos: encomendas, trabalhos de investigação (orientação de teses), documentos de difusão e docência (livros e artigos).”

O laboratório ocupa um pequeno espaço da ETSAB e usa seus serviços de luz, rede e limpeza. As máquinas e demais elementos de projeto são comprados pelo Laboratório, e a contrapartida financeira deste à UPC é de 14%.

Em princípio, não participamos de concursos, ainda que não seja uma decisão imutável: dependerá das possibilidades de continuar dessa forma. Aceitamos encomendas de diferentes envergaduras (desde uma planta de 140 m² a uma torre de 24 pavimentos), convencidos de a importância da arquitetura não estar no tamanho, e sim, na qualidade da proposta.

De certo ponto de vista, trata-se de algo muito parecido com um escritório convencional, ainda que seja preciso notar algumas diferenças fundamentais: por um lado, o compromisso com a qualidade leva-nos a elaborar os trabalhos até onde necessário; por outro, o compromisso suposto por estar no âmbito de uma escola

(1) Correspondência sobre o Laboratório de Arquitetura da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, Universidade Técnica da Catalunha, Barcelona; setembro, 2007.

de arquitetura obriga-nos a assumir certo grau de exemplaridade tanto nos planejamentos quanto no desenvolvimento. Assim, que de nenhum modo pode ser entendido como um escritório comercial ligado à universidade: isso tiraria todo o sentido da iniciativa.

“Nicanor Garcia e eu dirigimos o Laboratório, que não tem nenhuma instância, nem” conselho assessor ou categoria superior. É uma instituição minúscula com claras limitações operativas, o que nos leva a centrar nosso trabalho naqueles aspectos os quais podemos controlar adequadamente. O número de colaboradores oscila entre três e cinco. Agora ampliamos um pouco o espaço físico, o que nos permitirá, eventualmente, contar com algumas pessoas a mais, se as condições da demanda permitirem.”²

“Enfrento os problemas a partir da própria arquitetura, sem esperar muito das ‘demandas sociais’, que neste momento estão pervertidas por uma mitologia do banal e do populista. A arquitetura começa por incorporar o cumprimento do programa como sua condição básica, mas, na realidade, sua contribuição à produção do espaço habitável está em propôr uma ‘representação da construção’. Neste sentido, poderia dizer que quanto mais busco a excelência, qualidade à qual qualquer produto universitário deveria tender, mais estou satisfazendo as expectativas sociais; talvez, de existência latente, mas não menos reais das que o mercado provoca.

O critério de qualidade da arquitetura é a autenticidade dos projetos, ou seja, aquilo que determina a sua identidade como construções formais. Projetando aqui, não há pretexto de se fazer pior do que se é capaz: não há álibis para justificar o banal nem justificação para o espetáculo.”³

Com referência ao controle sobre a obra, diz Piñón: *“procuraremos controlá-la totalmente, mesmo quando contamos com estudos de arquitetos colaboradores para esta tarefa. Por duas razões: de um lado, queremos que o termo Laboratório não seja apenas um eufemismo para se referir ao estudo profissional; por outro, é claro que há mais arquitetos dispostos a dirigir uma obra satisfatoriamente do que projetá-la, sobretudo nos primeiros anos da profissão. Creio, portanto, que, sem renunciar nem um pouco à supervisão dos trabalhos, é certo responsabilizar outros pela direção: é um modo, afinal, de estender a docência mais além dos limites da escola.”⁴*

Quanto ao tamanho da intervenção, *“o interesse da arquitetura não depende do tamanho, e sim, da intensidade de sua consistência formal. Compreendo as razões de rentabilidade que habitualmente determinam a atenção que se costuma prestar a um ou outro projeto e, no que depende de mim, procuro encontrar condições para meu trabalho que não determinem a minha dedicação aos projetos, para além do que creio que cada um deve receber”⁵.*

No ensino, como na atividade profissional, fazendo referência ao jovem Le Corbusier, Piñón marca quatro máximas: economia, rigor, precisão e universalidade. Acentua os sentidos, sobretudo o olho na precisão dos sistemas construtivos. Em última instância, *“o detalhe não é apenas mera solução técnica, mas o momento no qual se intensifica o sistema construtivo que disciplina a arquitetura; construtivo, nos dois sentidos: material e formal. O detalhe é o instrumento com o qual se controlam as relações entre os materiais; relações que transcendem a mera lógica do físico para atuar de maneira decisiva no âmbito do visível”⁶.* Aparteando como interlocutora e considerando minha afinidade com a fenomenologia, diria que o rigor e controle do detalhe são o controle daquilo que se vê e quer-se que se veja e a empiria dos sentidos como controle da ação do sujeito seria sempre realizada

(2) Idem nota 1.

(3) PFEIFFER, Helen. *Hélio Piñón. Ideas i formas*. Barcelona: Ediciones Universidade Politècnica da Catalunya, 2007, p. 80; Correspondência, setembro, 2007.

(4) Idem, op. cit., p. 80.

(5) Idem, op. cit., p. 81.

(6) Idem nota 1.

pelo pensamento. Inevitável não pensar em Merleau-Ponty, o filósofo dos artistas, porque percebeu tão precisamente essa relação entre os sentidos ou o corpo e o cérebro: “o olho e o espírito”⁷ ou o “pensamento encarnado”⁸. “É a mão que pensa e a cabeça que desenha.”⁹

Hélio Piñón é crítico com o organicismo “enquanto supõe uma perversão do modo pelo qual a arte tomou a natureza como modelo ao longo da história: o organicismo do séc. 20 se baseia em uma figuração mimética advinda das estruturas vegetais ou orgânicas, o que supõe uma ideia banal do orgânico. Da natureza há que se aprender os processos pelos quais seus elementos chegam a ser como são, não a aparência final dos mesmos. Quem crê legitimar sua obra imitando as formas da natureza está manifestando sua pouca disposição para a concepção arquitetônica e artística em geral”¹⁰. Mas coloco como contraponto que vale lembrar a bela diferença entre os jardins ingleses e franceses, ambos cerebrais, ou ainda o campo infinitamente mais amplo da indução e dedução, ou dentro da mesma linha de raciocínio – empirista em oposição ao idealista. São distintos entendimentos e hipóteses do mundo, não se trata de uma questão de mimese (que poderia haver, e sempre há), mas de diferença conceitual e formal.

Assinala Piñón: “a redução da racionalidade ao ângulo reto, é ofensivo tanto à inteligência quanto aos sentidos. A incompreensão da arquitetura moderna da qual resultou, o desastre do chamado pós-moderno trata exatamente desta redução brusca e desta total incompreensão do que seja a racionalidade.”¹¹ Mas, no embate da interlocução, diria que partindo da premissa anterior, mais ampla, por exemplo, do empirismo e do racionalismo, a oposição entre a curva e o ângulo reto definitivamente não tem sentido.

“O problema da modernidade não é um problema acadêmico; é uma questão que afeta a identidade da própria tarefa do arquiteto. Uma das tragédias do profissional atual é que ele não sabe como focar os problemas, o que não ocorria quando comecei minha carreira, em 1960. Naquela época, o arquiteto contava com critérios de projeto que ele tinha mais ou menos interiorizado e que sabia utilizar com habilidade. Quem tinha talento fazia melhor que o que não tinha tanto, mas havia um marco de referência comum, que era a arquitetura moderna.

Hoje ninguém sabe o que fazer: nos suplementos dominicais dos jornais aparece uma arquitetura que se mostra como ‘do século XXI’, com a que o profissional não sabe o que fazer, e nem é ao menos capaz de emitir um conceito estético a seu respeito: ele se vê obrigado a fazer um mero ato de acatamento, dizer que isto lhe agrada e esperar a próxima temporada.”¹²

“A arquitetura moderna se baseia na identidade da obra como valor indiscutível: ela inicia um modo de conceber que aspira a criar em sentido restrito, isto é, a produzir artefatos, ou melhor, estruturas com identidade formal, das quais a forma é a manifestação visual da configuração interna. A modernidade renuncia ao tipo e assume a subjetividade da concepção; uma subjetividade que apenas aspirando ao universal poderá produzir artefatos cujos atributos formais sejam reconhecidos por outros. Além do que, a modernidade se apoia numa ideia de forma distinta da classicista, que substitui a unidade pela dualidade, a igualdade pela equivalência, a hierarquia pela classificação, a simetria pelo equilíbrio.”¹³

“Tenho a impressão de que nestes últimos tempos assistimos ao final de um ciclo que ocupou os últimos quarenta anos, determinado pelo abandono dos critérios visuais e construtivos da modernidade. Este abandono foi motivado pela

(7) MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Textos selecionados. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Pensadores.

(8) O termo pensamento encarnado, tão preciso para referir ao pensamento de Merleau-Ponty para a arte, foi cunhado por Marilena Chauí.

(9) SUMNER, Anne Marie. O rapto do significado. *Óculum*. FAU-PUC, Campinas, n. 2, 1992.

(10) Idem nota 1.

(11) PFEIFFER, Helen, op. cit., p. 17 e 18.

(12) Idem nota 11.

(13) Op. cit., p. 23.

convicção de que os arquitetos modernos haviam se distanciado dos princípios da arquitetura moderna assim como foram descobertos e praticados pelos chamados ‘mestres’: resumindo, o que os arquitetos modernos tiveram que enfrentar foi o seu erro diante de um estilo ‘impessoal e frio’, que não conseguia envolver os usuários e que, para piorar, na ocasião já nem sequer refletia com fidelidade o espírito da época. Na realidade, os objetores, que eram em geral críticos – ou arquitetos metidos a críticos – lamentavam que a arquitetura moderna tivesse conseguido difundir-se e, até certo ponto, generalizar-se, através do que estes consideravam uma operação estilística; imperdoável de se realizar, sobretudo se leva em conta que acreditavam que a modernidade era, por definição, irredutível ao estilo; pelo que a prefiguraram como um ‘não sei o quê’ em constante processo de renovação.”¹⁴

“A qualificação da arquitetura moderna como funcionalista e racionalista contém um vício na sua origem: falar de funcionalismo significa dizer que a forma está determinada pela função; a célebre frase ‘a forma segue a função’ expressa bem a crença generalizada de que a modernidade instaura um determinismo funcional no qual a forma é o resultado quase unívoco da pressão do projeto. No entanto, não é este o sentido em que se pode falar do funcionalismo com relação à arquitetura moderna: somente na medida em que a identidade do edifício deixa de estar determinada pelo modelo, e depende do projeto, pode-se falar de funcionalismo; não significa, portanto, que a forma siga a função, e sim que a suspensão do modelo como critério de identidade da obra ponha o projeto no primeiro plano das condições em que se dá a forma.”¹⁵

Mas ainda no contraponto próprio ao colóquio lembraria que Adorno, o qual ambos apreciamos, em outra linha de raciocínio, além de já frisar que “*toda obra de arte é inimiga de outra obra de arte*”¹⁶, são as concomitâncias inexoráveis às várias produções de um mesmo tempo, Matisse e Picasso, por exemplo – acentuou, em conferência na Deutsch Werkbund¹⁷ – que a funcionalidade é intrínseca à obra e não uma finalidade prática. Ressalta ainda o mesmo Adorno, na mesma conferência, que o Barroco, do ponto de vista da economia interna da obra, é totalmente funcional, isto é, o ornamento é constitutivo da obra e não apostado. Ou seja, as leituras são várias. Poderíamos até percorrer a idéia de função como a da função matemática, isto é, relação; outra hipótese.

Finalmente, segundo Piñón, “*normalmente, entende-se que a arquitetura moderna é racionalista porque se crê que responde somente a critérios estabelecidos pelo uso da razão, sem intervenção dos sentidos, confirmando um uso vulgar do conceito. O racionalismo é uma doutrina que sustenta que o único modo de conhecimento é o que deriva do uso das ideias, sem necessidade de recorrer à experiência: a arquitetura moderna é, portanto, racionalista, na medida em que estabelece a produção da obra a partir de um ato de concepção, livre da verificação empírica que suporia recorrer ao modelo*”¹⁸. Mas aí, diria eu, em contrapartida última, imprecisões à parte, a raiz do raciocínio é que é outra. Para a fenomenologia, por exemplo, a experiência nunca será uma simples verificação empírica, sendo antes matriz da obra de arte.

Agradeço o entusiasmo e disponibilidade do arquiteto e professor Helio Piñón desde as primeiras correspondências até a participação na avaliação de projetos de seus alunos de mestrado em Barcelona. Agradeço, ainda, a Luis Espallargas, o qual facilitou a ocorrência deste colóquio.

(14) Idem, op. cit., p. 53.

(15) Idem, op. cit., p. 56.

(16) ADORNO, Theodor. *Théorie esthétique*. Paris: Klincksieck, 1974.

(17) ADORNO, Theodore. *Functionalism today. Oppositions*, Cambridge, Mass.: M. I. T Press, n. 17, p. 31-41, 1979.

(18) Op. cit., p. 56.

Miguel Pereira
Arquiteto, diretor da
FAU-UNB entre 1968-
1976 e professor da
FAUUSP.

Miguel Pereira

Entrevista realizada em 14/3/2005

Miguel Pereira (MP): Vou contar a história de Brasília para que você possa compará-la com o Mackenzie. Brasília foi fundada e inaugurada em 1960 e a Universidade de Brasília apenas em 1962. O projeto da Universidade e a criação da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) foi liderado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com a assessoria de Lúcio Costa. A FAU foi concebida a partir da acentuada influência americana, vista na criação do ciclo básico e do ciclo profissional.

O curso básico, dois anos, o aluno entrava em contato com o que poderia ser seu curso profissional. Cursando disciplinas optativas, ele visitava várias áreas de sua preferência e depois, acumulando créditos, poderia escolher sua área profissional. Assim, em três anos concluíamos o curso de arquitetura.

O ensino era muito criterioso porque havia orientadores e câmaras de ensino, reunidas periodicamente, para fiscalizar o que estava acontecendo na implantação da Universidade. Levava-se muito em conta o problema da documentação e os organismos de base da FAU: a biblioteca e o centro de documentação, o Cediarte (Centro de Documentação de Arte e Arquitetura). Havia também o Ceplan (Centro de Planejamento), criado por Oscar Niemeyer. A idéia da FAU era inventar, criar outro tipo de pós-graduação que não fosse meramente acadêmico, intelectual.

Anne Marie Sumner (AMS): O Ceplan estava ligado à pós-graduação?

MP: Foi criado em função da pós-graduação e passou a funcionar imediatamente após sua criação. Nele, os alunos de pós-graduação, jovens professores convidados de diferentes partes do Brasil, podiam fazer seus cursos, antes da reforma universitária em 1967. Foi nesse momento que teve início a carreira universitária brasileira. Iniciaram-se os cursos *stricto sensu* de pós-graduação, antes havia somente o *lato sensu*, uma especialização e nada mais. Brasília queria fazer uma experiência nova assessorada por Oscar, por Lúcio Costa, por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Era uma universidade com uma ambição enorme, queria ser a melhor universidade brasileira e uma das melhores do mundo, a fim de equiparar-se com a importância de Brasília, uma capital importante, fruto de um concurso, com obras importantes. E essa participação de obras de pós-graduação funcionou muito bem; o pessoal fazia projetos para o campus da Universidade, fiscalizava as obras, ia para o canteiro de obras. Esses projetos caracterizavam os projetos de pesquisa e pós-graduação.

AMS: Se um jovem professor tivesse adentrado o curso de pós-graduação, como seria sua participação no Ceplan?

MP: Esse pessoal todo que estava na pós-graduação era professor da Universidade. E o sistema, a relação da FAU e dos professores com o Ceplan propunha que jovens professores e alunos da pós-graduação estivessem sempre no Ceplan, desenvolvendo seu trabalho. Só que ninguém conseguiu terminar esses cursos, porque, no início de 1965, 15 professores foram expurgados, o famoso Decreto 477.

Em protesto, 215 professores pediram demissão e a Universidade ficou vazia.

AMS: Mas esse curso da pós-graduação pretendia fazer os projetos da Universidade?

MP: O produto final eram esses projetos. Deve ter havido, também, acompanhamento de disciplinas de apoio, mesmo porque eles eram professores

de graduação. Além desses professores havia outros que não queriam fazer pós-graduação, porque não era obrigatório, mas queriam simplesmente projetar, e eles tinham todo o campus da Universidade à disposição. Todos os prédios foram feitos pelos professores da FAU, até hoje. Eles seguiam o calendário de cada departamento, que se reunia no início do ano e destacava dois ou três professores para desenvolver projetos no Ceplan.

AMS: Por exemplo?

MP: A Biblioteca Central de Brasília, a reitoria da Universidade de Brasília e o setor habitacional da universidade do Lelé.

AMS: A colina foi feita pelo Ceplan?

MP: Foi. É projeto do Ceplan. Foi a primeira experiência de pré-moldados no Brasil. Essa experiência foi para o Minhocão (o Instituto Central de Artes) e no mesmo ano foram desenvolvidas outras duas grandes experiências de pré-moldados: uma no campus da Universidade de São Paulo, no CRUSP, projeto de Kneese de Mello; e a outra no Rio Grande do Sul, em uma refinaria, Refinaria Alberto Pasqualino, que começou em 1962 e terminou em 1970. Então, essas eram as três grandes experiências de pré-moldagem no Brasil, e isso tinha o apoio do Ceplan, o Oscar e o Lelé estavam no Ceplan.

AMS: E o Niemeyer foi professor da escola?

MP: Foi professor de projeto no Ceplan, assessorando o pessoal da pós-graduação, não sei se ele fazia parte também da graduação. E muitas obras desses alunos estão prontas no campus da Universidade, mas eles não receberam diploma nenhum. Em 1968, quando eu assumi, tentei resgatar isso, até por reivindicação de uma série de alunos da pós-graduação, mas nunca consegui, porque os arquivos foram destruídos.

AMS: O Ceplan foi reaberto em sua gestão?

MP: Sim. Em agosto de 1968, toda a FAU foi reaberta.

AMS: Nos mesmos moldes?

MP: Da mesma maneira, com exceção da pós-graduação, pois naquele ano uma reforma universitária acabara de acontecer e no Brasil se discutia muito como deveria ser a pós-graduação. Começamos a discutir e escrevemos muito sobre o que deveria ser o curso de pós, para a profissão, para a arquitetura, para o setor de artes. No entanto, só conseguimos implantá-la depois que jovens professores voltaram do mestrado ou doutorado, realizados no exterior – normalmente Inglaterra ou Estados Unidos – podendo, assim, seguir a política dos departamentos em relação à seleção de professores para desenvolver projetos no Ceplan.

AMS: O Ceplan era aberto a todos os professores de projeto?

MP: Para todos, inclusive os de tecnologia e artes. Havia, sempre, um professor ou um grupo de professores que dirigia determinados projetos.

AMS: Como eram os contratos?

MP: Para os projetos do campus, não havia contratos. Fazia parte do trabalho da Faculdade. Eu, por exemplo, não ganhei nada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. A Universidade mantinha convênios ou contratos com instituições públicas e, então, os professores tinham uma carga de horas para a participação nesses convênios e recebiam uma complementação salarial pela dedicação exclusiva, principalmente, para as profissões que precisavam de prática profissional. O Ceplan e esses convênios eram o lugar para isso. Os professores eram sugeridos, tais e tais licenciados, por orientação do chefe de departamento. O impasse se dava, porque era preciso a dedicação exclusiva,

porém, não era possível que todos estivessem, ao mesmo tempo, no Ceplan, pois, se isso acontecesse, a escola pararia.

AMS: Faziam um rodízio, imagino.

MP: Sim. Era uma equipe composta por professores, todos do mesmo nível, e os melhores alunos escolhidos por ela. Sempre dentro da idéia de equipe, discutia-se como desenvolver o projeto, sem nenhuma personalidade para comandá-lo.

Havia uma relação do grupo com a graduação, no sentido de os projetos estarem sempre presentes no ateliê para apresentação dos professores e alunos a todos os estudantes que pudessem vir a participar. Dentre os melhores alunos, eram escolhidos apenas alguns.

Até hoje, essa experiência está em curso e é a única do Brasil, talvez não com o mesmo aproveitamento daquela época. Foi com o apoio do Ceplan e com a experiência do Oscar e do Lelé que o curso de arquitetura implantou a pós-graduação em 1972. Em 1968, os cursos de graduação tradicionais já haviam iniciado suas carreiras universitárias (engenharia, direito, medicina, etc.)

AMS: Mas você não disse que o Ceplan nasce ligado à pós-graduação?

MP: A ideia de pós-graduação, concebida pelo Oscar, Lelé e Lúcio Costa para a Universidade de Brasília foi posta em prática entre os anos de 1962 e 1965, mas não tínhamos certeza de reconhecida pelo MEC. Foi um período de experiência, só retomado em 1968, quando a escola foi reaberta.

AMS: A Universidade ficou todo esse tempo fechada?

MP: Não, mas estive em crise por causa da demissão de professores. Para não fechar, a Faculdade passou a contratar qualquer professor, o que fez a Universidade entrar em um período de turbulência. Como consequência, o movimento estudantil foi um dos mais violentos do Brasil e resultou no fechamento da Escola de Arquitetura, em 1967, pelos próprios estudantes. Os alunos não aceitavam os novos professores e colocaram araldite nas portas do prédio, pregando uma cruz. A pedido deles, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) entrou como mediador, entre os estudantes e a Reitoria.

Então, houve a formação de um grupo de trabalho, montado com professores de várias universidades brasileiras: eu, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Paulo Mendes da Rocha, da USP; Neudson Braga e Liberaldo Costa, da Universidade Federal do Ceará; e Paulo Magalhães, da Universidade Federal de Brasília. Trabalhamos por seis meses, intensamente, e elaboramos uma proposta cultural e administrativa, por escrito, para ser apresentada aos estudantes e à Reitoria. Depois de aprovado, fizemos um fórum para avaliar tudo com estudantes e professores e, finalmente, em agosto de 1968, a Faculdade foi reaberta. Em novembro do mesmo ano, tornei-me diretor da FAU-UNB, até 1976.

AMS: Você disse anteriormente que o IAB sempre teve um certo litígio com escritórios desse tipo. Qual foi a relação do IAB com o Ceplan?

MP: Nenhuma. Primeiramente, porque quem estava lá era a maior estrela da arquitetura brasileira, Oscar Niemeyer; a outra, Lúcio Costa; a outra, Lelé. Então, ninguém contestou, mesmo porque o sucesso da cidade de Brasília era mundial, como poderiam contestar isso?

O professor não pode ficar em dedicação exclusiva, ou seja, tempo integral e sem praticar. Esse era o grande drama da Universidade de Brasília, porque, apesar do Ceplan, cogitava-se permitir determinados tipos de projetos para que os professores pudessem executar, no mercado, porém, nunca se conseguiu isso; mesmo assim havia a perspectiva de dedicação exclusiva e realização de projetos.

AMS: O papel da Universidade em relação à sociedade deve ser no sentido de potencializar questões da sociedade, ou seja, realizar projetos de infraestrutura que sejam emblemáticos para ela.

MP: Sem dúvida, e o nosso *know-how* em matéria de urbanismo era muito grande, tanto na graduação quanto no Ceplan; por causa disso, os alunos que saíam de Brasília eram contratados imediatamente pelas prefeituras, em qualquer parte do Brasil.

A formação oferecida tinha como alvo o trabalho com a realidade e as cidades do Planalto Central. Um outro dado, extremamente importante para nós, foi a inter-relação do Instituto Central de Artes com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Devido aos graves problemas políticos daquele momento, a viabilização dessa inter-relação só foi possível graças à junção dos dois institutos para que juntos fossem administrados. A FAU possuía departamentos de cinema, de música, de artes plásticas, etc., possibilitando todos trabalharem juntos, pois o ciclo básico era o mesmo nos dois institutos. O Departamento de Cinema realizava documentários sobre a realidade do Planalto Central e da Universidade de Brasília. E, posteriormente, esse cinema-documentário até chegou a ser proibido pela Reitoria.

Quanto ao Departamento de Música, este participava das promoções da Universidade, do relacionamento com a comunidade do Planalto Central, por meio da Musicologia (registro da música em determinadas regiões, em determinadas culturas, etc.) e, também, discutia-se o urbanismo. Como as pessoas mais destacadas da música discutiam Brasília? Por meio de seu som, da maneira de organização de seu ruído, em termos toleráveis, etc.

Tudo isso era discutido, resultando em uma experiência riquíssima.

AMS: Parece que o nome inicial da Faculdade de Arquitetura acabou se transformando...

MP: Não. Teve um momento em que seu nome era ICA-FAU (Instituto Central de Artes Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), e passou para Instituto de Artes e Arquitetura, que era uma única coisa. Depois de uma série de experiências e tropeços, resolvemos nos separar, retomando a Faculdade de Arquitetura e permitindo que o Instituto de Expressão e Representação fosse uma unidade independente. Há poucos anos, finalmente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo voltou a ser FAU, da maneira como Lúcio havia proposto.

AMS: Gostaria também que você me falasse do nome Ceplan. Por que Centro de Planejamento e não Centro de Projetos?

MP: Durante o governo de João Goulart, ocorria uma grande explosão da economia e dos economistas, no mundo, chegando a ponto de a linguagem do campo econômico espalhar-se por todas as áreas. Devido à disseminação dessa linguagem, as escolas de arquitetura mudaram os nomes das disciplinas de projeto (Planejamento Arquitetônico I, Planejamento Arquitetônico II). Tudo era planejamento. Surgiu por influência direta do Celso Furtado, amigo de todos, em Brasília.

AMS: A disciplina de Urbanismo era Planejamento ou Desenho Urbano?

MP: Planejamento. Era *Urban Design* ou urbanismo em termos da experiência brasileira, mas o nome era Planejamento. Era o desenho urbano mesmo, urbanismo, fazer cidade, terceira dimensão, etc. No início dos anos 60, no Rio Grande do Sul, o urbanismo era exercido de forma mais intensa do que em São Paulo, porque lá havia urbanistas famosos, a influência do Uruguai e da Argentina e a elaboração de planos diretores eram intensas. Participei de várias

equipes de planos diretores, e o primeiro plano diretor do Brasil é o de Porto Alegre de 1962. Em São Paulo, o Plano Urbanístico Básico (PUB) só surgiu em 1968. Guedes e Padre Lebret participaram muito disso, mas somente seis anos depois de Porto Alegre.

AMS: Mas e Goiânia e Belo Horizonte?

MP: Era um desenho só e não havia uma proposta de terceira dimensão. Era um *drawing* em cima da prancheta. Goiânia não foi pensada como uma cidade, a partir de discussões de história, geografia, economia, para fazer o plano diretor.

No início dos anos 60 fazíamos diagnóstico de tudo. Por exemplo, estudávamos as linhas de força do desenvolvimento físico da cidade. Era história, geografia, economia... Tínhamos um *background*, ou seja, na memória do projeto, tudo isso estava discutido, com a participação de economistas, de historiadores, geógrafos. O de Goiânia não tinha nada disso, era o desenho comandando tudo, sem o diagnóstico de nada.

Por exemplo, na FAU não há Desenho Urbano, que é o urbanismo. Existe uma concepção do planejamento a duas dimensões, muito abstrata e interdisciplinar, fazendo com que haja faculdades de planejamento urbano em várias partes do mundo. Não é necessário que o planejamento seja dentro da faculdade de arquitetura, e sim, o Desenho Urbano. Quem se aventura em ministrar Desenho Urbano na FAU faz isso mal, porque não é um urbanista, é um planejador.

Em meu livro *Arquitetura e os caminhos de sua explicação*, há dois textos sobre Brasília: um sobre o Departamento de Urbanismo e o outro sobre uma síntese da Escola.

Sempre tive muito respeito pelo Mackenzie, pois, o que ele faz, é de maneira séria. O Mackenzie sempre se caracterizou pelo predomínio da prática profissional e da tecnologia. E, se um laboratório ou um instituto surgir dentro da FAU do Mackenzie, com certeza vai usufruir de toda essa tendência, é como uma ideologia do Mackenzie.

Darcy Odloak e Cláudio Nascimento
Entrevista realizada em 17/3/2005

Darcy Odloak
Cláudio Nascimento
Professores titulares
da Escola Politécnica
da Universidade de
São Paulo e
pesquisadores do
Laboratório de
Simulações de
Controle e Processo
– Escola Politécnica e
Instituto de Química
da Universidade de
São Paulo.

Darcy Odloak (DO): Creio que nossa relação com a indústria ocorre pela realização das pesquisas visando ao meio produtivo. Na verdade, não realizamos um projeto de uma unidade industrial, mas tentamos passar uma metodologia desenvolvida por nós que, de alguma forma, possa ser aplicada pela indústria. Não entregamos um produto final, pois este teria de ser desenvolvido por uma firma de projeto, por alguém que fizesse o detalhamento desse produto. Essencialmente, o que fazemos é criar os desenvolvimentos básicos para eles. Vou citar o caso da Petrobrás como exemplo. Temos uma longa história de convênios com a Petrobrás de cerca de 15 a 18 anos. Eu mesmo era da Petrobrás quando esse processo começou. Inicialmente, a Petrobrás esteve ligada a nós para formar pessoas e especializar técnicos.

Anne Marie Sumner (AMS): Com o intuito de trabalhar com eles?

DO: Visava especializar o pessoal deles mesmos em áreas específicas, nas quais tínhamos capacitação. Em razão disso, há vários cursos em andamento de especialização que chamamos de Controle e Utilização do Processo.

AMS: Gente da Petrobrás?

DO: Sim, engenheiros da Petrobrás. É possível encontrar até engenheiro com 20 anos de profissão. Foi um convênio que a Petrobrás pediu. São realizadas várias turmas ao longo do ano. A Petrobrás iniciou agora um processo de contratação de cerca de 2.000 novas pessoas, entre engenheiros e funcionários, e quer especializar todos. Eles próprios já realizam vários tipos de especialização, mas, nas áreas em que dominamos, eles pedem para que nós os ensinemos. Há diversos cursos de especialização dentro da Petrobrás: refino de petróleo, perfuração, etc. Nosso contato com eles começou, exatamente, com esse tipo de formação de engenheiros. Além disso, esse pessoal foi recebendo o conhecimento que era desenvolvido aqui por meio de algumas teses de mestrado e doutorado, que alguns deles acabaram fazendo. Em uma turma de 20, pelo menos uns três ou quatro se interessam em fazer um mestrado formal ou um doutorado. Assim, esses engenheiros foram adquirindo um nível mais alto que um especialista que vem aqui. Eles entraram em contato com a metodologia e passaram a dominá-la, tornando-se capacitados para utilizar as pesquisas que nós publicamos. Se você observar, verá que o quadro está repleto de artigos publicados nos melhores periódicos internacionais. São desenvolvimentos que estão sendo realizados e, desse modo, podemos dizer que estamos colaborando com o estado da arte no mundo, não só no Brasil. Algumas dessas pesquisas chegam até mesmo a ser traduzidas.

Nós, os professores, publicamos e desenvolvemos pesquisas com vários alunos, mesmo com outras instituições. Esses alunos podem vir até da Petrobrás. Uma parte dessas pesquisas mostra-se viável de ser aplicada, desde que haja do outro lado um pessoal capacitado para absorver esse conhecimento e transformá-lo em produto. É nessa hora que fazemos um convênio ou entramos em projeto com a indústria. A Petrobrás é nossa principal parceira, mas temos com outras empresas também.

AMS: Você poderia contar-me um pouco dessa experiência?

DO: Por exemplo, o pessoal relacionado com a área de controle de processos industriais, na qual temos uma turma fazendo o curso. A Petrobrás conta com dez refinarias de petróleo no Brasil que, há 15 anos, eram operadas com alta

porcentagem de ações manuais. Fazendo uma comparação, imagine que um piloto de avião ficava o tempo todo mexendo nos controles. Hoje em dia, um piloto de um Boeing levanta vôo e depois nem toca nos controles. Uma refinaria de petróleo é mais ou menos assim. Há uma tecnologia para operá-la automaticamente, que otimiza e maximiza as produções, minimizando o custo e o consumo de energia. Por trás dessa forma de operar existe uma tecnologia inexistente há 15 anos. Inicialmente, ela surgiu nos Estados Unidos, na Europa era escassa e, até hoje, no Japão, não existe tecnologia necessária para operar refinarias automaticamente. A Universidade poderia, há 15 anos, ter desenvolvido essa tecnologia, composta por uma base teórica e, com esforço razoável, iria transformar-se em aplicação prática. A base e a metodologia teórica tiveram de ser mais desenvolvidas pela Universidade para transformar o que fazemos em um produto utilizável pela Petrobrás. Imagine que eu entregue a você um programa de computador, sem muita elaboração, sem muito trabalho, e você peça a alguém para transformá-lo em um Windows, fácil de operar. Para isso, a pessoa não precisaria ter um PHD. É esse tipo de trabalho que eles complementam, o que fazemos é transformá-lo em produto aplicável.

AMS: Vocês criaram a base teórica para a Petrobrás e eles a transformaram em uma coisa mais palpável e funcional.

DO: Exato. Se fôssemos contar o número de homens-hora para fazer a parte funcional e a contribuição acadêmica que isso traria, não haveria o mínimo interesse para nós, já que não existem conceitos novos. A Universidade nos cobraria a publicação de artigos e esse trabalho consumiria um número muito grande de homens-hora.

AMS: Ou seja, seria uma subtilização da Universidade fazer isso.

DO: Exato. Como já disse, o que fazemos não pode ser qualificado como um projeto industrial, porque não o finalizamos. Fazemos a parte que nos interessa, associada a um método e, potencialmente, poderá gerar desenvolvimentos aplicáveis em periódicos internacionais. Não dá para fazermos isso. Apesar de visitarmos a indústria, a Eletropaulo só se interessa por algo que vê. Posso aplicar o método desenvolvido, transformá-lo em trabalho interessante para publicação, mas a indústria recebe o projeto, ou, pelo menos, as idéias básicas como um subproduto que depois poderá ser repassado para um engenheiro ou um escritório de engenharia que irá detalhá-lo.

AMS: Vocês estão fazendo ciência e possibilitando as bases de sua aplicação. Como são esses convênios do ponto de vista estrutural?

DO: Existem várias formas: posso fazê-los pela Universidade diretamente, usando sua própria estrutura, ou por uma série de comissões ou departamentos, os quais vão sendo aprovados, passando por dez estantes e então vão para o jurídico.

AMS: É melhor ir direto.

DO: Depois de, no mínimo, um ano, você saberá se foi aprovado ou não; se for aprovado, a resposta sairá em um ano, o que será decidido pela Reitoria.

Hoje utilizamos os institutos e vários órgãos da Universidade, procuramos várias saídas, mas esse caminho não foi viável. Então foram criadas as fundações; temos várias na Universidade, como a Faculdade de Economia, a Poli no Departamento de Produção, a qual ministra cursos e projetos. A Poli tinha uma fundação, a FTDE, a qual fez vários projetos desse tipo, inclusive para o metrô.

AMS: O que é FTDE?

DO: A Fundação de Desenvolvimento da Tecnologia em Engenharia, a FTDE, criou um programa de educação continuada, que ministra cursos de extensão; foi

criada também a Fundação da Universidade de São Paulo (FUSP); – esta pode fazer um projeto, se alguém; por exemplo, solicitar a construção de um prédio, a Fundação entra em contato com os professores da USP, mas geralmente acontece o contrário: alguma pessoa interessada vai ao professor e diz que gostaria de fazer um projeto, o qual é encaminhado para a FUSP. Na seqüência, um contrato é feito, o professor assina como participante e a responsabilidade de todo o projeto é da FUSP. Essa é uma pessoa jurídica que pode ser processada; por isso, o meio empresarial aceita assinar um contrato com ela. Temos um projeto dessa maneira com a Ródia e o IPT.

A Ródia e a FUSP vão assinar um contrato em que sou testemunha e faço todo o trabalho e a Rhodia paga à FUSP. Ela retira 10% para seus gastos, 15% para a Universidade, 10% não sei para quem, sai 28% e o resto vai para minha gerência e faço aquilo que quero com essa parte.

A ideia básica do projeto só faz sentido se tiver um fundo acadêmico ou científico, se, ao final do trabalho, houver uma aplicação prática e revelar um aspecto de aplicação nova.

Aqui na USP, o salário é fixo, se eu der aula ou ficar lendo, o salário é o mesmo. E nossa carga de aula não cobre, absolutamente, as 40 horas semanais.

AMS: Caso contrário, vocês não pesquisariam.

DO: Em projetos individuais desse nível, alguns profissionais trabalham e recebem uma parcela da quantia, quase sempre tem a parte da USP, 5% para a Poli, 10% para a USP, sempre são cortados 28%, se forem feitos pela FUSP. Os outros 70% são transformados: 70% em investimentos e 30% em complementação salarial. Não somos a única fronteira de várias áreas, estamos ajudando o mundo a empurrar o conhecimento, damos uma pequena contribuição e é isso que valoriza o ensino perante o mundo: nosso trabalho.

Há outros caminhos. Um colega de minha turma, um dos mais bem-sucedidos economicamente, gerenciava uma bolsa de investimentos de 300 milhões de dólares. E o que isso significa para ele é só dinheiro, mas e para nós? Em termos de sociedade, simplesmente desenvolver projetos para ganhar dinheiro não significa exatamente obter grandes resultados.

AMS: Em termos de Universidade, com certeza, não.

DO: Em termos de sociedade. Porque, veja, o fato de estarmos crescendo, significa que cada vez mais gente vem para cá, cada vez mais alunos se interessam, mais pesquisadores tentam unir-se a nós e isso cria uma espécie de massa que vai crescendo, como uma bola de neve, porque nós sempre reinvestimos.

AMS: Todos os pesquisadores estão em período integral?

DO: Todos.

AMS: Professor Cláudio, você poderia explicar sobre a relação do Laboratório e da Universidade com a Petrobrás?

Cláudio Nascimento (CN): Na verdade, temos uma relação muito grande com esses cursos, com trabalhos de pesquisa, que realizamos com eles. Havia um programa chamado Refinaria de Recursos Ambientais e, nesse programa, o Ministério Público Ambiental queria que a Petrobrás fizesse uma compensação ambiental à cidade. Há quatro anos, chamaram-nos e propusemos que essa compensação fosse um Centro de Meio Ambiente, construído lá e fosse doado à USP. O Ministério Público e a Petrobrás aceitaram. Demoraram alguns anos para dar partida, devido a certo problema, chamado “Termo de Ajustamento de Conduta”, entre o Ministério Público, a Petrobrás e a Cetesb, em que envolvia

também uma compensação. Aí, propusemos e isso foi assinado no ano passado; esse termo entre a Petrobrás, o Ministério Público e a Cetesb. Esse centro será doado à USP e está sendo construído. O Carlos Bratke criou o projeto, ele vai ter uma área de cerca de 3.500 m².

AMS: Vocês vão fazer esse Centro de Compensação Ambiental, um edifício que vai ter gente trabalhando, da Universidade?

CN: Sim, da Universidade. Isso vai ser uma USP.

AMS: E quem está financiando isso?

CN: A Petrobrás, ela que quer dar essa compensação ambiental para Cubatão.

AMS: E exatamente o quê vai funcionar lá dentro?

CN: Dentro da área de engenharia há uma mudança no mundo muito grande, em termos de você ter cada vez mais uma “multidisciplinaridade”, não inter, mas multi. A engenharia traz todas as ciências básicas para dentro de si. E, no fim, ela possibilita a solução do problema ambiental. Esse centro, embora seja da USP, vai trazer gente de outros lugares. Temos interesse em que a Petrobrás esteja, inclusive, na deliberação de coisas a serem feitas pelo centro.

AMS: Pela vinculação financeira e aí aplicável.

CN: Não pela vinculação, mas porque é interessante mesmo. A Petrobrás, provavelmente, vai ser uma grande parceira no funcionalismo disso, que, em princípio, é uma compensação à cidade.

AMS: E como se resolve aquilo lá, Cláudio?

CN: Bom, já melhorou muito.

AMS: Mas tem jeito de fazer isso, como?

CN: Existem muitos passivos ambientais.

AMS: Mas como se resolve tecnicamente o problema ambiental de um lugar como Cubatão? É um tratamento químico laboratorial?

CN: Uma coisa importante é você prevenir. Então, há um trabalho muito grande de prevenção. Aquilo pode ser diminuído. Quando você cria uma mudança no ambiente, tem de minimizar esses problemas. Isso é uma parte, que nós fazemos; pensamos em diminuir emissões, temos de tratar os passivos, a chamada remediação do que aconteceu. Então, esse centro está ligado a muitas áreas de conhecimento, existem “bichinhos grandes”, “bichinhos pequenos”, o terreno, etc.

AMS: Quais são os profissionais envolvidos em áreas de conhecimento?

CN: Primeiro são os engenheiros, os mais importantes. Há biólogos, profissionais de geociências, geólogos, veterinários; você tem relação com a parte, por exemplo, de poluição atmosférica, uma interação de químicos, em virtude das reações químicas, meteorologistas para resolver problemas de ar, etc. Então, é algo que engloba um monte de coisas, mas a tônica que resolve boa parte dessas coisas, no fim, é a engenharia. Contudo, ela não consegue fazê-lo, se não tiver todo esse embasamento. Portanto, envolve a tal “multidisciplinaridade”.

AMS: No final, vocês teriam Cubatão como lugar de excelência, seria possível dizer isso?

CN: Sim. Lá é um campo bárbaro para isso. E, ao mesmo tempo, queremos que esse centro vire uma referência. A Petrobrás criou um fundo, o recurso é de sete milhões de dólares. É um desafio.

AMS: Mas é um desafio para humanidade. Essa é a grande maravilha, essa é a contribuição da ciência com a engenharia, a coisa aplicada e que reverte para o mundo. Imagine conseguir fazer de Cubatão um lugar de excelência

ambiental. Daqui a dez anos será um lugar o qual você leva seus filhos para passear no parque, andar perto do mangue.

CN: Você tem uma coisa bárbara e, ao mesmo tempo, poluindo, mas é interessante. O paradigma era fazer um centro de meio ambiente no ambiente. Normalmente, os centros, pelo menos os que eu conheço no mundo, estão em lugares bonitos e aprazíveis. Não vamos fazer assim lá. E o outro paradigma foi fazer o centro de meio ambiente na área industrial, em uma área de refinaria, que vai para a USP, mas lá dentro, entre a Anchieta e a Piaçagüera.

Dentro da estrutura administrativa da USP existe o Núcleo de Pesquisa, em que você consegue congrega quem você quiser, mesmo de fora da USP, de outras universidades; esse núcleo vai fazer o gerenciamento desse centro. Daqui a dois, três meses será possível conhecer o centro, se você quiser.

João Filgueiras Lima
Entrevista realizada em 4/7/2005

João Filgueiras Lima
Arquiteto, ex-
coordenador do
Ceplan e
coordenador do
Centro Tecnológico
da Rede Sarah-CTRS.

João Filgueiras Lima (JFL): O Centro de Tecnologia da Rede Sarah é um escritório, um projeto de obras.

Mas, atualmente, com essa visão mais privatista do governo, será difícil para a instituição pública ter a flexibilidade necessária para fazer os convênios. No caso do Mackenzie, uma instituição privada, é mais fácil.

Anne Marie Sumner (AMS): Gostaria que você me explicasse melhor o porquê e quais são as diferenças.

JFL: Antes de apresentar as diferenças, gostaria de saber: no Mackenzie há isenção de impostos pelo fato de ser uma instituição de interesse público?

AMS: Acredito que sim.

JFL: Esse é o problema. Antigamente, não entrávamos em licitações, éramos convidados. Então, entende-se que estamos gozando de um privilégio de ter um convite direto, uma vez que todas as empresas deveriam ter o mesmo direito. Assim, o Tribunal de Contas não aceita mais essa formatação.

No caso do Mackenzie, por ser uma instituição privada, é diferente. Acredito que deveria ser criada, dentro do Mackenzie, uma ONG, ou melhor, que tenha uma organização definida e com flexibilidade e não seja subordinada a toda a estrutura do Mackenzie, por ser uma estrutura voltada para o ensino. Em outras palavras, que seja uma instituição dentro da própria instituição do Mackenzie.

AMS: Acredito que, por ser uma universidade, não podemos participar de licitações, pois constituiria uma concorrência desleal. O início desse processo foi justamente o de formatar o que seria um escritório experimental ligado à Faculdade de Arquitetura. Tenho contactado várias instituições; por exemplo, na Politécnica Química existe um laboratório em que estão revitalizando a cidade de Cubatão, ou seja, transformando-a em uma área de excelência ambiental e os convênios são realizados com a Petrobrás. A Faculdade de Arquitetura de Montevidéu fez o plano diretor da cidade de Montevidéu contratada pelo governo. Como funcionava com o Ceplan?

JFL: Isso foi uma coisa do passado. Por exemplo, aqui no CTRS fizemos oito convênios com o próprio TCU, o órgão que hoje determina esses assuntos. No ano passado, tentamos um convênio com o Ministério da Cultura e com o próprio Ministério da Saúde e não foi possível. Acredito que a legislação tornou-se muito mais rigorosa ultimamente a partir desse conceito de precisar ser preservada a imagem da concorrência pública.

Conseqüentemente, qualquer setor público é obrigado a realizar uma concorrência e, nesse ato, eles não aceitam convênio. Por exemplo, você se referiu à Petrobrás, uma estatal. Ela possui uma auditoria permanente. O Mackenzie tem todo um potencial de pesquisa inserido dentro do próprio contexto da instituição, de maneira que seria uma figura de notória especialização; entretanto, não aceitamos mais isso. Eu, pessoalmente, fui muitas vezes contratado por notória especialização, também, na área de industrialização, mas hoje não sou mais, visto essa figura não existir mais. Ao dizer isso, estou repartindo com você minha experiência. Aqui, no CTRS, criamos convênios de execução com prefeituras do Maranhão, por exemplo.

AMS: Que eram convênios, portanto, sempre feitos por convite.

JFL: Exatamente, é a figura que você está querendo. Primeiramente, considero sua idéia perfeita, ela deve ir para frente. Agora, é preciso verificar a parte jurídica com cuidado para não ter problemas futuros. Há necessidade de

verificar como será a instituição, como será organizada e de qual maneira ela participará. Mas a instituição pública não tem condição de contratar, a não ser por uma licitação.

AMS: E as fundações?

JFL: Algumas fundações têm mais possibilidades. Creio ser muito difícil, no momento. Inclusive, há um absurdo no parecer do TCU, pois, no ano passado, ele nos contratou pelos convênios porque acreditava que tínhamos uma notória especialização, dada a industrialização que possuímos. Temos condições de fazer prédios mais baratos e de forma mais funcional. No entanto, o estudo diz que durante muito tempo tivemos um convênio com eles, até usaram nossos custos como parâmetro para fazer auditorias com a Farma. Atualmente, o parecer deles é que não se pode admitir nossa competição para a iniciativa privada, pois temos facilidades que a empresa privada não tem e, afinal de contas, a empresa privada faz a mesma coisa que nós. Assim, não há razão para nos contratar por notória especialização.

AMS: E como era na época do Ceplan?

JFL: O Ceplan foi há aproximadamente 40 anos. Nesse tempo, fazia-se o que se queria. A ideia de convênio era completamente livre, como aqui também foi há dez anos. No CTRS, fizemos, por meio de convênios, pelos menos umas 50 obras.

AMS: Essa mudança na legislação foi recente?

JFL: Recente eu não diria. Acredito que a legislação está se tornando mais rígida nos últimos cinco anos.

AMS: Participei de uma reunião na Faculdade de Direito do Mackenzie exatamente para discutir essa formatação e eles, a princípio, iriam começar a estudar esse assunto. Mas gostaria que me falasse um pouco da experiência de 1962. Como funcionava? Como vocês projetavam?

JFL: Não funcionava. Primeiro, porque a Universidade era uma fundação. Em 1962, havia uma liberdade enorme, inclusive, foi durante o governo de João Goulart, um governo que optava muito mais pela estatização, para valorizar o setor público; assim, todas essas instituições eram muito mais estimuladas. A própria Fundação das Pioneiras Sociais, criada pelo presidente JK naquela época, na construção de Brasília, em 1960. Inclusive, era a dona Sarah, esposa do presidente, quem a dirigia. A fundação era voltada para a reabilitação e para a área da Saúde. Essa fundação data dessa época. Então, é claro que depois ela vai ter uma maior flexibilidade, mas não pode realizar nada por meio de convênios com a iniciativa privada. Ela ainda tem, sim, alguma flexibilidade dentro do setor público, mas não na área específica de execução de obras.

AMS: Estamos imaginando um escritório com ênfase em infra-estrutura, projetos emblemáticos, pilotos. Para exemplificar, suponha um edifício de habitação popular, baixa renda, grandes vãos, terrenos em grande declive, onde há um projeto com 30 m de vão entre apoios, com uma treliça de aço de 10 m de altura de cada lado, que me permite vencer o vão e chegar a um número mais ou menos econômico. A minha idéia seria fazer um convênio com a Usiminas.

JFL: Hoje, a Usiminas é uma empresa privada. Tínhamos e ainda temos uma relação muito boa com a mesma, desde quando ela ainda era estatal. Nossas compras são de 1.000 a 2.000 mil toneladas de aço, então, posso dizer que somos compradores privilegiados. Compramos diretamente da fábrica, porque compramos em grande quantidade. Em pequena quantidade como 20 ou 200 toneladas, por exemplo, não compramos.

AMS: Talvez, a Usiminas, possivelmente, pudesse se responsabilizar por um piloto de habitação podendo ser em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo. Dessa forma, haveria um contrato com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) ou por uma equivalente de outro estado, quer dizer, seria um órgão do governo. Não sei se seria possível ou não.

JFL: Não quando há a participação do governo. Quando fiz um projeto para o IAB de Goiânia, o pessoal da cidade pediu para eu fazer e a Usiminas financiar. A Usiminas forneceu o aço, mas é uma instituição privada. Se fosse uma instituição pública, ela entraria em um outro sistema. Então, se a Usiminas tiver interesse financeiro e por ser uma instituição privada, ela tem, e se ela entender que isso faz parte do investimento, ou seja, se der lucro, ela aceitará.

AMS: Tenho contactado algumas pessoas fora do Brasil e fui informada que na Europa e, acredito, nos Estados Unidos também, as produções das universidades de ponta estão todas fazendo convênios com as instituições privadas e as públicas.

JFL: Tenho bastante experiência aqui no Brasil, mas enfrento uma enorme dificuldade. Pode ser que no exterior exista uma abertura para as instituições públicas. Acredito ser algo normal. Vou lhe contar uma experiência que tivemos aqui no Brasil. Fiz um projeto para o Ministério da Agricultura, por meio do Gilberto Gil, uma pessoa com quem tenho uma relação de muita amizade. Assim que ele foi nomeado ministro, fizemos um projeto para construir um bom número de prédios de pequenos centros de cultura visando a uma grande quantidade no Brasil. Foi um projeto industrializado para ser multiplicado.

AMS: Aço ou concreto?

JFL: Aço. Mas a idéia era fazermos aqui e efetivá-los por meio de convênios do CTRs. O ministro Gilberto Gil e o ministro da Saúde foram ao Tribunal de Contas e eles tentaram todas as formas possíveis de agilizar nossa participação e nada aconteceu.

AMS: Qual é a figura jurídica do Sarah?

JFL: Ele é uma organização social. Não chega a ser, mas é uma figura parecida com a OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), também uma organização social. Ela tem alguma flexibilidade que não tem o setor público; ela é um apêndice do setor público. Temos certa flexibilidade e nossa auditoria permanente é o Tribunal de Contas da União. No caso do Mackenzie, creio que você não conseguirá fazer convênios com as instituições públicas, mas sim com privadas, para fazer projetos com outras instituições privadas do gênero. Você deve estar imaginando grandes projetos, que só o setor público pode fazer.

AMS: Exatamente. Aliás, trata-se de um escritório ligado à Universidade cujo papel é pensar grandes questões para a sociedade.

JFL: Estou discutindo exatamente por causa disso. Acredito que sua idéia tem ligações com o setor público. Mas esse setor é muito difícil de trabalhar. Tudo o que acontece aqui no Brasil vira sempre uma caricatura. Os organismos que estão controlando essas instituições públicas vão fazer o convênio crescer, logo irão impedir de essas coisas serem feitas.

Na época da Universidade de Brasília todos esses convênios que estão aqui eram vistos com muita simpatia pelo próprio governo. Então, não havia nenhuma restrição ao convênio. Fizemos convênios, inclusive, com a Iugoslávia quando houve um terremoto naquele país. Ou seja, havia uma facilidade enorme de fazer-se convênio não só no Brasil, mas também fora.

AMS: Poderíamos, no limite, realizar projetos de arquitetura e infra-estrutura para os países da África, por exemplo, tão carentes e com os quais podemos estabelecer relações, por questões históricas. Você acha que isso será viável?

JFL: Creio que é possível dentro do setor privado. Nesse setor você faz com quem quiser. Você tem de criar uma relação com uma empresa como a Odebrecht, por exemplo, atuante em Angola.

AMS: E essas empresas privadas têm interesses públicos?

JFL: Não. Só têm interesse no lucro. Se os técnicos da Usiminas têm algum interesse – seria o de comprarmos chapas.

AMS: Quando o Ceplan foi formatado, ele tinha um escopo específico? A primeira razão dele era projetar os edifícios da Universidade?

JFL: Isso era sua prioridade. Depois, queriam projetar os edifícios de Brasília, e então os do Brasil e do mundo. Após a revolução em Brasília, o Ceplan e a cidade foram perdendo sua figura executiva. Quando houve a revolução em 1964, tínhamos projetado uma superquadra que, aliás, foi construída. A quadra era do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores. É uma das superquadras norte. Porém, apenas a metade dos prédios foi construída lá. Mas o Ceplan teve uma vida muito curta. E não foi produzido muito. Nós, aqui, produzimos muito mais. Em nossa fábrica estamos há 12 anos, mas trabalho no Sarah há 40 anos.

AMS: E os prédios da colina?

JFL: Foram todos feitos pelo Ceplan. Pesquisamos muito sobre concreto naquela época. Viajei bastante para fora do Brasil para pesquisar sobre a pré-fabricação. Fui para diversos lugares. Cheguei a estudar pré-fabricação na Rússia, na União Soviética. Nessa época eles construíam pré-fabricados em grande quantidade, principalmente na Tchecoslováquia, que era um país mais adiantado. Nesse período fui patrocinado pela Universidade de Brasília, a qual estava investindo nessa área de industrialização, o Ceplan. Esse era um projeto muito ambicioso.

AMS: Os estatutos do Ceplan estão lá na Universidade?

JFL: Não, porque o Ceplan não chegou a ter uma figura jurídica completamente definida.

Porque a Universidade foi criada com a figura de uma fundação, de autonomia. Então, os convênios foram relacionados diretamente com a Universidade, como se o Ceplan fosse essa última. Não havia necessidade de criar uma figura separada. O Ceplan era um setor da Universidade, ela assinava e o Ceplan fazia.

AMS: E o time do Ceplan era composto de professores da faculdade de arquitetura?

JFL: Sim, só professores. Poderia contratar pessoas de fora também. A Universidade tinha todas as regalias para fazer contratos de prestações de serviço. Nós aqui também o temos. Abrangemos todas as áreas, mas há condicionantes. Por exemplo, temos um arquiteto, um prestador de serviço trabalhando quase diretamente conosco, a parte de conforto ambiental também é ligado a nós dessa maneira. Portanto, existem alguns setores com os quais temos contrato de prestação de serviço, não são funcionários. Digo aqui na CTRS. E assim acontece na Universidade também. Essa instituição já tinha a figura da dedicação exclusiva dos professores. Eu era dedicação exclusiva naquela época. Mas havia sempre a figura desse técnico esporádico que podia ter um contrato permanente, mas era vinculado a um sistema de cobrança por meio de horas trabalhadas. Ainda somos auto-suficientes; fabricamos nossos elevadores, ônibus, etc. Houve um período em que, praticamente, todos os setores que interferiam em nossas obras nas faculdades eram formados por pessoas que trabalhavam em tempo integral. Agora não é mais

assim. Paisagismo, por exemplo, já tem um contrato de prestação de serviço. Não é um setor que requeira permanência durante o tempo todo.

AMS: Vocês estão ligados ao Ministério da Saúde, mas caso vocês quisessem fazer um projeto piloto para a Universidade Federal da Bahia, na área de habitação, poderiam?

JFL: Não, de jeito nenhum. Se você quiser, mostro-lhe um plano inclinado que projetamos aqui. Trata-se de um elevadorzinho que sobe uma encosta. Para isso, foi necessário desenvolvermos uma tecnologia específica para portas. Outro dia chegou aqui uma pessoa, e dissemos que queríamos comprar modelos em vez de fabricar. Ele disse que nosso produto era bom e não havia necessidade de comprá-lo fora. O fato é que não podemos transferir, nem repassar isso para ninguém. Na Bahia, por exemplo, existe essa idéia de plano inclinado nas encostas, mas essa tecnologia não foi usada. Não podemos repassar.

AMS: Aqui é uma indústria ou é uma montagem?

JFL: Aqui só produzimos os componentes. A montagem ocorre lá fora. São feitas algumas coisas como a pré-montagem. Na parte de baixo temos a pintura. Como fazemos muitos prédios no litoral, deve haver uma proteção. Para isso, usamos um preparo especial das superfícies.

AMS: Quantas unidades vocês já fizeram?

JFL: Muitas.

AMS: O princípio é o de sempre usar a ventilação cruzada.

JFL: Nosso hospital sempre teve ventilação e iluminação naturais. As passarelas são, todas, projetos meus também. Algumas delas foram construídas na época em que podíamos fazer convênios com a prefeitura.

AMS: É um grande prazer fazer esse trabalho, não é?

JFL: Prazer demais. Para você ter uma idéia, esses projetos aqui foram todos convênios com TCU para o próprio TCU, enquanto se podia fazer convênio. A sede, o TCU daqui de Salvador, de Natal, para você ter uma idéia do que já foi possível. TCU de Sergipe, de Vitória, de Minas Gerais, de Maceió. Fornecíamos tudo: mobiliário, elevador, tudo era pacote fechado. Mandava entregar para funcionar. Então, acredito que para você criar um laboratório lá, esse modelo aqui é o mais apropriado.

AMS: Mas você entrou no processo de construção, eu estou somente no âmbito do projeto.

JFL: Mas creio que você tem condições. Queria mostrar para você – a fábrica, por exemplo, produz argamassa armada. Se não tivéssemos a fábrica aqui, não conseguiríamos.

AMS: Você não tem como contratar?

JFL: Ninguém tem condição técnica de fazer o que a gente faz aqui. Lógico que agora podemos duplicar e até triplicar nossa produção, se permitissem que nós mesmos o fizéssemos. Nosso ciclo aqui é de seis horas. No caso de uma peça, entre começar, completar e sair, leva seis horas. Essa fábrica está muito bem montada.

AMS: Aqui você tem o Departamento de Projeto e o de Produção, mais complexo.

JFL: Na produção os operários recebem formação técnica internamente. O Departamento de Projeto, com mais ou menos 30 pessoas, é ligado à especulação e à pesquisa na área de hospitais também. O projeto na área hospitalar é mais complexo.

AMS: É que a situação de vocês é realmente completa.

JFL: Sim. Quase aquela coisa da Bauhaus.

Jorge Fiori

Colóquio realizado em 27/9/2006

Jorge Fiori
Coordenador da pós-
graduação da
Architectural
Association School of
Architecture e diretor
do programa de
mestrado em
Habitação e
Urbanismo (Housing
& Urbanism).

Anne Marie Sumner (AMS): O que diferencia a AA de outras escolas de arquitetura?

Jorge Fiori (JF): A AA é uma escola importante no contexto europeu e com uma presença internacional forte. Trata-se de uma escola com uma imagem muito marcada, a qual, sem dúvida, tem muito a ver com as coisas, justamente a diferenciam de outras escolas. São várias as diferenças, mas uma, entretanto, parece-me ser a principal. Em mais de 100 anos de experiência como escola se poderia dizer que quase tudo mudou: estratégias pedagógicas, estruturas de gestão, composição do quadro acadêmico, composição do alunado, etc. O que lhe dá continuidade e permeia todas as suas etapas é o fato de ter sido sempre uma escola profundamente experimental, uma escola de idéias, sempre com a disponibilidade e flexibilidade para correr o risco da busca de coisas novas no campo da arquitetura e do urbanismo. A AA nunca foi uma escola do tipo “estado das artes”, sua área de trabalho; mais bem sempre se preocupou com as novas fronteiras da disciplina e sempre buscou promover trabalho que contribuísse a redefini-las. A própria história da AA como uma escola que surgiu da atividade de uma associação de profissionais bastante “rebeldes” que, desde a primeira metade do século 19 organizava ciclos de debates e promovia eventos para refletir criticamente sobre a prática da arquitetura, creio que marcou fortemente a direção de mais de um século de escola.

Essa qualidade experimental esteve quase sempre vinculada a um trabalho bastante conceitual por uma parte e, por outra, a um contexto de “investigações” bastante ecléticas. Mesmo nos momentos em que a imagem da AA foi fortemente ligada ao trabalho e perspectiva de algum grupo em particular ao seu interior, esse trabalho sempre se deu na companhia, diálogo e, freqüentemente, confronto com outras linhas de reflexão dentro da escola.

Montar um programa de formação profissional com base em um trabalho eminentemente especulativo e experimental coloca desafios importantes tanto do ponto de vista da gestão como das estratégias pedagógicas. Para que isso funcione é necessário grande flexibilidade e agilidade para arriscar, inovar e renovar. Diria que, no transcurso de um século, experimentou-se com diferentes modelos os que, não obstante, sempre estiveram marcados por essa busca de agilidade. Nisso, sem dúvida, a independência da AA viabilizou coisas que em outros contextos institucionais seriam impossíveis. É importante salientar, entretanto, que isso nunca foi em detrimento da qualidade e a AA sempre cumpriu com os requisitos bastante estritos de controle de qualidade exigidos tanto pelos colégios profissionais como pelas instâncias de validação acadêmica.

Não vem ao caso discutir aqui, em detalhes, todas essas questões, mas vale sinalizar que essa agilidade/flexibilidade esteve quase sempre associada a uma mistura de estruturas minimalistas e não-burocráticas de gestão combinadas com uma forte autonomia dos ateliês como espaço de experimentação; com ateliês com dimensões que permitissem um contato muito direto entre tutores e alunos; com alunos com total liberdade para escolher os ateliês nos quais querem participar; com um perfil de acadêmicos, em geral, jovens e com um pé em escritórios profissionais inovadores; e com uma alta rotatividade do quadro acadêmico, sobretudo, na graduação.

As questões de como combinar, por uma parte, estruturas mínimas de gestão com uma gestão eficiente, aberta e participativa e, por outra, a autonomia dos ateliês

pós-
255

com a necessidade de criar um currículo acadêmico estruturado e coerente no âmbito da escola como um todo, são de grande relevância e têm sido alvo de atenção, discussão e experimentação dentro da escola por muitas décadas. Não acidentalmente elas estiveram de novo no centro do debate que precedeu a eleição do novo diretor da escola em 2005. De 45 candidatos chegou-se a uma *short list* de três para que a escola votasse (sistema de um voto por pessoa, incluindo estudantes, estamento administrativo e acadêmico), todos eles com propostas específicas e diferentes sobre como tratar essas questões anteriores. O candidato eleito e nosso novo diretor, Brett Steele (ex-estudante da AA e professor tanto da graduação como da pós-graduação) fez sua campanha com base em duas propostas: uma estrutura de gestão colaborativa que ampliasse o escritório do diretor e criasse uma divisão de responsabilidades em questão de direção e, acadêmico e pedagógico, um rebalanceamento da relação entre ateliês e outras atividades obrigatórias de formação (tanto técnica como em história e teoria), além da criação de espaços de diálogo e colaboração vertical – os *research clusters* – entre linhas convergentes de trabalho ao interior da escola – do *foundation* (ano de preparação pré-graduação) até o programa de doutorado. Os *clusters*, em particular, podem ser uma coisa interessante, não só em termos da articulação da docência à investigação, mas, sobretudo, em termos de criar uma intencionalidade de diálogo intra-escolar em uma escola na qual, muitas vezes, o diálogo se dá apesar das partes... O que tudo isso vai significar está ainda por ver-se.

Por último, ainda em relação às diferenças da AA com outras escolas, há de fazer-se referência ao seu caráter internacional, não só do ponto de vista da composição do professorado e do alunado, mas também em termos das preocupações, projetos e investigações. Praticamente a todos os níveis – do primeiro ano da graduação à pós-graduação – há ateliês e cursos fazendo projetos de desenho e investigação em outras partes do mundo, em colaboração com outras escolas de arquitetura, escritórios profissionais e agências governamentais. São inúmeros os programas de intercâmbio em que a AA participa, envolvendo grande mobilidade de estudantes e professores. A administração disso se faz com muita autonomia, de ateliê a ateliê. Todas essas colaborações permitem expor os estudantes a uma continuada e muito rica reflexão comparada sobre temas de arquitetura e urbanismo em âmbito internacional.

AMS: Qual é a importância e a presença da pós-graduação em tudo isso?

JF: Estudos de pós-graduação na AA já existem há várias décadas. Como em boa parte do mundo, entretanto, a pós em arquitetura e urbanismo na Grã-Bretanha foi sempre um pouco relegada em relação a outras disciplinas; não só começa um pouco mais tarde, mas a relação entre docência e investigação avançou mais lentamente. A AA não foi exceção nisso.

Até metade dos anos 70 os cursos de pós-graduação na AA eram, essencialmente, programas de especialização profissionalizantes. Em 1974, cria-se um departamento de pós-graduação como tal – a Graduate School – com programas e interesses mais acadêmicos. Eram três programas fortemente teóricos, relativamente pequenos, bastante atrelados ao estado das artes em suas áreas de especialização e diria que, até fins da década de 1980, com pouca presença em termos da dinâmica geral da escola. Mesmo com o começo do programa de doutorado na primeira metade dos anos 80, o número de estudantes da pós nunca excedia uns 10% do total de estudantes.

Desde o começo dos anos 90 ocorreu um salto quantitativo e qualitativo muito grande. Como em tantas outras escolas de arquitetura no mundo nesse período, a

pós se transformou na área de crescimento da AA e, em uma década, chegamos a oito programas de mestrado, um programa bastante grande de doutorado e um programa de especialização, somando um total de mais de 200 estudantes – o que hoje significa em torno de 40% do alunado da AA! Mais além da tendência bastante geral ao crescimento das pós-graduações, houve fatores “locais” importantes. Um foi a busca de validação acadêmica de nossos mestrados desde princípios dos anos 90, assegurando, assim, total equivalência de nossos títulos em âmbito internacional – algo que antes não era tão relevante. Segundo, foi a introdução em âmbito da pós, de programas explicitamente de desenho com novas proposições sobre como articular o trabalho de projeto com uma reflexão teórica séria. Terceiro, e diretamente vinculado ao anterior, foi o resgate da tradição experimental e propositiva da graduação, agora em âmbito da pós. Tudo isso abriu também novas possibilidades de articulação da docência no terreno de experimentação com novas linhas de investigação.

Todas essas transformações da pós-graduação ajudaram a refazer inteiramente sua relação com a graduação. A pós-graduação passou a ter um perfil e visibilidade muito maiores e foi marcando uma presença muito mais forte no debate interior à escola. A convergência e potencial colaboração entre o trabalho das diferentes unidades da graduação e da pós é hoje muito importante. Efetivamente, criaram-se muitas pontes novas se bem, sempre, ao estilo AA, com muita autonomia e independência por parte das unidades para definir essas colaborações. Também os *research clusters*, dos quais falei antes, estão criando um espaço de colaboração e, não acidentalmente, a pós está tendo e deve seguir jogando um papel bastante preponderante ao seu interior.

AMS: Qual é a proposta do mestrado em Housing & Urbanism que você dirige?

JF: O nosso foi o primeiro programa da Graduate School, inicialmente com o nome de Housing Studies Programme. Criado e dirigido nos primeiros anos por John Turner – arquiteto formado pela AA e que, em fins dos anos 50, parte para a América Latina em busca de estudar e entender as práticas populares de construção do hábitat – o programa nasce com uma forte agenda social e política, com intenções de criar uma espécie de um *think-tank* para as práticas participativas de desenho e produção do hábitat. Com um foco inicial na questão da habitação, o programa buscava criar um centro de documentação, reflexão crítica e formulação de propostas para uma arquitetura e um urbanismo democrático e politicamente comprometido. A verdade é que por muitos anos o programa ficou mais em âmbito da reflexão crítica e teórica.

De lá para cá o programa mudou muito e muitas vezes. O que fica é a preocupação com os processos políticos da cidade e com a inexorável dimensão política do desenho, um certo entendimento das múltiplas articulações entre habitação e cidade e, mais recentemente, uma espécie de retorno à ideia original do *think-tank* – em particular, o resgate da relação entre uma reflexão e investigação crítica e a dimensão propositiva. Hoje, entretanto, trata-se de um programa essencialmente de urbanismo, preocupado com a formulação de estratégias espaciais e de desenho a uma escala urbana.

O programa combina teoria com trabalho de projeto. A partir de uma reflexão comparada internacional busca desenvolver uma crítica às tradições do urbanismo e desenho urbano, ao mesmo tempo em que explora métodos e instrumentos de desenho do que chamamos de um urbanismo arquitetônico. Nosso foco principal de atenção é na articulação entre os processos espaciais e os processos políticos da cidade, buscando, justamente, analisar e explorar a relação entre estratégias de

desenho e o redesenho das institucionalidades urbanas. Entendemos que as dificuldades e limitações das tradições de planejamento físico-espacial e de desenho urbano – com seus infundáveis e inevitáveis planos diretores – advêm não só de certas condições espaciais, mas, sobretudo, de como elas se interpenetram com processos sociais e político-institucionais. O que nos interessa é desenvolver nossos projetos em áreas e condições não só politicamente difíceis, mas onde se evidencia a necessidade clara de novas concepções, instrumentos e práticas de urbanismo – da velha questão, hoje mais relevante que nunca, da cidade informal ao tema muito atual da urbanização dos processos de inovação.

Em nosso entender, fazer essa reflexão crítica sobre o urbanismo enquanto disciplina espacial requer, também, pensar o desenho não só como extensão e representação da lógica e discurso de outras disciplinas – o que tantas vezes acontece sob o manto de uma suposta multidisciplinariedade – mas como forma de pensar e como instrumento de análise capaz de captar a realidade justamente em sua multidimensionalidade e multidisciplinariedade. É um desafio complicado.

Em geral escolhemos áreas para nossos projetos – tanto em Londres, onde fazemos o projeto principal, como no exterior, onde fazemos um projeto de duas a três semanas – que estejam em processo de transformação e, se possível, sendo objeto de discussão e de novos planos. Buscamos sempre trabalhar com os principais atores e agentes, públicos e privados, operando na área, muitas vezes, em uma condição de quase consultores – mas sempre preservando nossa independência para um trabalho educacional e de necessária liberdade para a especulação acadêmica.

AMS: Você falou de projetos no exterior; como se organizam e qual papel têm no curso de mestrado?

JF: Nosso mestrado é de 12 meses de dedicação exclusiva (1.800 horas de trabalho). Nesse período fazemos duas viagens de estudo como parte integral de uma reflexão comparada sobre temas de urbanismo contemporâneo. A primeira é por uma semana a alguma cidade européia e a segunda é por três semanas a alguma metrópole do chamado “sul”. A seleção das cidades faz-se em função das linhas prioritárias de trabalho e áreas de investigação dentro do programa a cada momento. Ambas as viagens são organizadas a partir de nossas redes de contatos com escolas de arquitetura, escritórios profissionais e agências de governo em outros países.

A viagem dentro da Europa é quase sempre organizada como uma espécie de “seminário itinerante” em que alunos e professores, em colaboração com colegas locais, visitam e refletem sobre temas e projetos específicos à agenda daquela viagem – mudando todos os anos de destino e foco. Em anos recentes estivemos em Amsterdã, Barcelona, Lisboa, Bilbao e Paris. Esse próximo ano vamos a Berlim, em viagem que estará centrada nas diferentes formas de pensar, conceitualizar e tratar a cidade dividida.

As viagens de três semanas envolvem sempre trabalho de ateliê e já por algum tempo as organizamos em ciclos de três anos de colaboração. Este ano termina um ciclo de três anos em Shangai e, em 2007/2008, começamos um ciclo em Hanoi, no Vietnã. Antes disso estivemos por três anos na cidade do México trabalhando sobre questões de regeneração do centro histórico e no Rio de Janeiro trabalhando sobre urbanismo informal e favelas. Antes estivemos trabalhando em colaborações anuais em diferentes partes do mundo, mas chegamos à conclusão que três anos permitem acumular um trabalho mais substantivo e relevante desde o ponto de vista de nossas investigações.

Nessas viagens o ateliê está sempre organizado em colaboração e com a participação de escolas de arquitetura locais. Com elas discutimos e decidimos o sítio preciso do projeto e os termos de referência, buscando também envolver, nessa discussão, agências de governo e escritórios de arquitetura e planejamento operando na área. Como disse na resposta anterior, buscamos sempre escolher sítios que, sendo relevantes para os temas que queremos explorar, estejam sendo objeto de discussão, disputa e propostas. Essas condições também ajudam a fazer de nossa participação uma potencial contribuição ao debate naquela espécie de quase consultoria a que me referi antes – sempre e quando, é óbvio, haja vontade genuína de uma discussão aberta.

Uma das dimensões mais interessantes dessas experiências é, sem dúvida, a pedagógica. Criamos grupos de trabalho que misturam nossos estudantes e professores com os estudantes e professores locais (quase sempre de pós-graduação também) em um intercâmbio desafiante e difícil. Em geral, o ateliê se transforma em um espaço de discussão e confronto de entendimentos muito diferentes, tanto do que seja o urbanismo e seus métodos como das pedagogias apropriadas para seu ensino. É uma experiência realmente fascinante e de altíssima intensidade (trabalhando 10 a 15 horas por dia sem parar, nem nos fins de semana), que sempre produz resultados muito surpreendentes, os que são, ao final, apresentados publicamente para profissionais, acadêmicos, funcionários públicos e, às vezes, moradores e usuários da própria área. Em geral, essas colaborações culminam com alguma exposição e/ou publicação. Mas o mais interessante e rico, sem dúvida, termina sendo o próprio processo pedagógico – ou, para ser mais preciso, o confronto de pedagogias.

AMS: Você mencionou a viagem à China. O que fizeram lá?

JF: Conforme disse anteriormente, completamos um ciclo de três anos em Shangai – uma cidade impressionante, com uma infinidade de possíveis condições e questões de interesse para urbanistas de todo tipo. Nossa opção por essa cidade, entretanto, tinha a ver com algo bem específico: a presença de dois colegas que colaboram regularmente com o Housing & Urbanism, como consultores na formulação de um plano de expansão e internacionalização de um *cluster* de inovação em biotecnologia e biomedicina em um dos distritos centrais de Shangai – em uma área chamada Fenglin, no Huhui District, que incluiu uma parte do que era a Concessão Francesa desde a metade do século 19. Nosso interesse era dar continuidade ao trabalho e explorações que vínhamos fazendo em Londres e em algumas outras cidades sobre o papel do urbanismo na urbanização dos processos de inovação.

O que nos pareceu interessante foi o fato de as autoridades do Huhui haverem dado altíssima prioridade ao tema, organizado um concurso internacional para a formulação de um plano diretor para Fenglin, a área do *cluster* – o que foi ganho por um escritório alemão – e já estavam naquele momento começando a aprovar alguns elementos do plano. Este continha os ingredientes típicos de um plano diretor competentemente detalhado, porém em direto contraste com as coisas nas quais estávamos pensando em relação ao tema do urbanismo e inovação, daí nossa motivação para nos envolver no que lá estava passando.

Discutimos isso com nossos colegas da Escola de Arquitetura e Planejamento da Universidade de Tongji – a mais importante de Shangai e uma das mais importantes de toda a China – e acordamos iniciar uma série de *workshops* sobre o tema. Tanto por intermédio da Tongji como por meio de nossos colegas que já estavam colaborando com as autoridades do distrito, conseguimos que o

Departamento de Planejamento de Huhui contribuísse ao ateliê, como também o escritório alemão (HPP) que havia ganho a concorrência.

Em Fenglin já se concentra um complexo médico de grandes proporções, talvez o maior da China e um dos maiores da Ásia. O que o distrito pretende é dinamizar esse complexo e transformá-lo em centro de inovação médica de importância mundial com múltiplas articulações com o mundo da ciência e dos negócios, com capacidade massiva de produção e comercialização de novas patentes, com laboratórios e centros de pesquisa de excelência, com as melhores condições de treinamento e formação médica e capacidade para oferecer tratamento a um público internacional em hospitais e clínicas do mais alto nível. Sua ambição é atrair não só o interesse dos grandes investidores internacionais na área de biotecnologia, mas também os *experts* internacionais – com tudo o que isso significa, desde o ponto de vista de condições de vida de serviços, de infra-estruturas, etc.

Fenglin está em uma área central de Shangai com condições excepcionais de potencial acesso a tudo o que possa ser relevante para o *cluster* – a todas as escalas. É uma das áreas mais valorizadas de Shangai, mas ainda retém grandes quantidades de população de baixa renda em blocos habitacionais de alta densidade. É uma área que acomoda bem uma grande diversidade de usos e condições sociais, o que hoje se vê ameaçado pela rápida valorização e as ambições de um *cluster* internacionalizado de inovação.

Uma de nossas críticas ao plano diretor proposto é que, justamente, ignora tudo isso para propor uma lógica de “saneamento” e expulsão de uma boa parte dos usos, usuários e residentes da área. Entre outras coisas, há uma falta de entendimento de como essas diferentes condições se articulam – por exemplo, uma altíssima proporção dos empregados do complexo médico reside aí, em habitação de baixo custo: desde os funcionários menos qualificados até os enfermeiros/enfermeiras e parte dos quadros médicos. Como todo “bom” plano diretor, funciona com uma lógica de “tábula rasa”, com um plano de usos que não só ignora as condições sociais da área, mas também suas características físico-espaciais e as possibilidades que criam para interações e sinergias, tanto dentro do *cluster* como em relação às múltiplas escalas espaciais e institucionais a que ele se relaciona. Mas, justamente, isso é algo que, em nosso ver, os planos diretores não podem fazer. É aqui onde o tema de um urbanismo arquitetônico joga um papel muito importante.

O que nos parece interessante no debate sobre a urbanização da inovação – ao que os economistas se referem como a terceira geração de *clusters* de inovação, à diferença dos parques científicos e tecnológicos, em geral, organizados com uma estrutura de campus na periferia das cidades – é a percepção de a urbanização ser o que potencializa e expande as possibilidades da inovação. Se bem que essa é uma discussão que já leva muitos anos entre economistas e administradores de empresas, mas não há quase nada que se tenha feito ou dito sobre a especialidade desses processos de inovação e o papel das disciplinas espaciais nisso. É pertinente notar que, em geral, as experiências consideradas bem-sucedidas de *clusters* “urbanizados” – como, por exemplo, o Soho Media *cluster*, aqui do lado oeste da AA, ou o próprio *cluster* biomédico ao leste de onde estamos – ocorreram de maneira “espontânea”. Não alheia a certas condições físicas e espaciais ou mesmo ao trabalho de arquitetos e urbanistas, só que de outras épocas e com outros propósitos. Isso é algo que, justamente, estamos tratando de estudar e entender, ou seja, quais as características espaciais

que foram permitindo essas transformações e essas novas sinergias inovadoras e quais as implicações disso para um urbanismo que contribuía de forma pró-ativa ao processo da inovação.

São muitas as questões que isso levanta e não vem ao caso elaborar mais sobre isso aqui, sobretudo, porque sua pergunta era sobre Shangai e viagens de estudo e não sobre urbanismo e *clusters* de inovação... Mas isso era bem mais para contextualizar o que estávamos fazendo em Shangai e exemplificar o tipo de interação que buscamos estabelecer nesses ateliês/*workshops*. Nesse caso parecia-nos importante usar o plano favorecido pelo governo local como ponto de partida para levantar alternativas e buscar contribuir à discussão local. De fato, o plano, em nossa opinião, fazia exatamente o contrário daquilo que a tese da urbanização da inovação propugna, ou seja, ele, efetivamente, desurbanizava o *cluster* e terminava reproduzindo, no meio de Shangai, uma estrutura rígida de campus, a do parque científico e tecnológico... Em verdade, o plano diretor desespacializava o *cluster*, perdendo o sentido das múltiplas escalas a que ele se relaciona e reforçando, como tantos planos similares, uma lógica de “introversão” e desconexão. Em vez de alimentar as sinergias internas a partir das múltiplas e ricas possibilidades de articulações externas – o que é, efetivamente, o argumento em favor da urbanização da inovação – criava uma ruptura potencialmente “asfixiante” .

Não é que fizemos propostas alternativas acabadas – nem era possível – e não sei se tivemos algum impacto em termos das opções locais. O que, sim, logrou-se fazer foi explorar, com vários exemplos e experimentos, outras formas de conceber o papel do desenho para tratar com alguns dos objetivos do governo local. Pelo menos se logrou levantar a dúvida! A verdade é que, nesse período de três anos, o governo local foi mudando suas posições e, de alguma maneira, aproximando-se a algumas de nossas propostas, mas creio que muito mais por razões econômicas e políticas que por compartilhar, em forma substantiva, nossas críticas ao plano diretor.

Este trabalho, como todos os projetos dos estudantes, foi apresentado nas exposições de fim de ano da AA. Além do mais, fizemos uma pequena exposição para apresentá-lo em evento organizado pela RIBA (Royal Institute of British Architects) sobre urbanismo e meio ambiente na China.

No Vietnã, pretendemos seguir trabalhando com o tema do urbanismo e a inovação, provavelmente a questão do urbanismo e a cidade informal. De fato, há paralelos e convergências muito interessantes entre essas questões que nos interessam explorar – mas aqui não temos mais tempo e espaço para seguir falando disso. Pretendemos que o trabalho no Vietnã sirva para consolidar uma rede que estamos tratando de criar – escolas de arquitetura e de economia na Ásia e na Europa, trabalhando sobre o tema da inovação – articular os contatos e a experiência de Shangai com trabalho que alguns colegas do Housing & Urbanism vêm fazendo em Cingapura; assim, começaremos em Hanoi, com algumas iniciativas que estamos tratando de organizar em Mumbai e Bungalore e com a rede européia da qual já fazemos parte. Enfim, idéias, projetos e sonhos que nos mantêm vivos.

Joaquim Guedes
Falecido em 2008, foi
titular do Escritório
Arquiteto Joaquim
Guedes Associados e
professor da
Faculdade de
Arquitetura e
Urbanismo da
Universidade de São
Paulo.

Joaquim Guedes

Entrevista realizada em 18/8/2005

Anne Marie Sumner (AMS): O que era o Cepeu?

Joaquim Guedes (JG): O Cepeu era um órgão de Goiânia, o qual tinha algumas salas na rua Maranhão, em São Paulo, voltado para o projeto de planos diretores. Cepeu significa Centro de Planejamento e Estudos Urbanos. Esse órgão realizou muitos trabalhos como monografias, por exemplo. No entanto, muitas das pesquisas que essa entidade produziu eram de má qualidade.

AMS: Esse centro chegou a executar alguma coisa?

JG: Sim. No Cepeu, havia pessoas que ofereciam serviços sem custo algum.

AMS: Mudando um pouco de assunto, como foi sua experiência com relação aos edifícios construídos na Cidade Universitária? Qual é a história desses prédios? Sei que você fez o projeto do edifício da Matemática, embora ele não tivesse sido construído.

JG: Eram, simplesmente, projetos criados por pessoas indicadas pelo prefeito da Cidade Universitária. Ele contratou profissionais de seu total interesse.

AMS: Os profissionais contratados eram, necessariamente, os professores da FAU?

JG: Acredito que não, pois o Oswaldo Bratke e o Ícaro não eram da FAUUSP.

AMS: O que fez o Bratke?

JG: Ele fez o Departamento de Hidráulica. Já o Ícaro projetou toda a parte esportiva. Há, também, o Fábio Penteado, que construiu o estúdio de Aerotécnica.

AMS: Como foi sua experiência no projeto do edifício da Matemática?

JG: Na época em que fui contratado, eu era um professor jovem, sem título. Fazia quatro anos que estava na FAUUSP.

AMS: E como o Artigas entrou no grupo?

JG: Reuni o pessoal do projeto e exigi que o Artigas fosse convidado.

AMS: Havia um plano diretor para a Cidade Universitária? Quem o fez?

JG: Não sei. Todo mundo que era convidado para o projeto dava alguma idéia.

AMS: O que era o Fundusp?

JG: O Fundusp foi o responsável por nossa contratação. Esse era o Fundo de Construção da Cidade Universitária, formado pela prefeitura da Universidade de São Paulo. Pode-se dizer que esse foi o primeiro órgão da USP.

AMS: Alguns edifícios da Cidade Universitária são muito ruins. Posso dar o exemplo do prédio da Geologia, construído em pré-moldado. Esses edifícios em pré-moldados eram projetos do Fundusp?

JG: Não. Eram projetos do Simões.

AMS: O Simões fazia parte do Fundusp ou ele era funcionário de uma empresa contratada?

JG: Ele era professor da FAUUSP, conseguindo, mais tarde, entrar no Fundusp.

AMS: Quando o Fundusp começou a projetar?

JG: Creio que nos anos 60, antes do golpe militar. Essa fundação começou com a pré-fabricação que, em minha opinião, é muito ruim. Porém, fazendo-se uma comparação, os edifícios do Bratke não eram melhores que os do Fundusp.

AMS: Você já entrou nesses prédios que o Fundusp projetou? Percebeu como o dimensionamento do espaço interno desses prédios foi construído?

JG: Nunca entrei. Todos aqueles edifícios são mal feitos.

AMS: Não é isso que estou propondo, mas sim uma atividade profissional que também atue na esfera pública.

JG: Parece-me, então, que é uma doação por parte de seu tempo, para atender a uma demanda específica. Seria uma participação da decisão humana nacional. Porém, creio que a doação não é obrigação da Universidade. Os escritórios têm de estar voltados para a pesquisa, sem a preocupação com o compromisso profissional, com a prática. Penso que os projetos da Universidade devem ser experimentais para o ensino. Por exemplo: os estudos de tipos de janela, a influência do clima para a construção de um edifício e nunca fazer um prédio pronto para o governo.

AMS: Creio que a Universidade pode, perfeitamente, criar projetos oficiais, na medida em que reflete sobre os grandes temas. Primeiro, não há doação, pois são trabalhos remunerados. Segundo, está na esfera da extensão – um dos tripés da noção de universidade. Por exemplo, a Faculdade de Arquitetura do Uruguai fez o plano diretor de Montevideu. Havia um instituto de projetos, parecido com o escritório que estou propondo no Mackenzie.

JG: Não acredito que isso seja um bom caminho. Para mim, a melhor forma é abrir concorrência entre os profissionais interessados, criar concursos públicos, estabelecer competições entre os interessados do projeto.

AMS: Há um laboratório de projetos na Universidade de Brasília chamado Ceplan. Esse é o modelo mais próximo da idéia que quero implantar em São Paulo. Você o conhece?

JG: Brasília é um problema. Qualquer coisa que Oscar Niemeyer propusesse lá eles fariam. O governo federal gastou muito dinheiro com a construção de Brasília. Trataram esse investimento como se fosse um negócio, levando o Brasil a uma dívida externa. Volto a dizer que prefiro a Universidade não se comprometendo com ninguém, pois assim o campo fica aberto para a pesquisa.

Pedro Paulo de Melo Saraiva
Entrevista realizada em 22/3/2005

Pedro Paulo Melo
Saraiva
Arquiteto e professor
da FAU-Mack.

Pedro Paulo de Melo Saraiva (PPMS): A história do Ceplan começou com o João Figueiras de Lima, o Lelé, como coordenador. E o projeto do Ceplan, na verdade, era do Oscar Niemeyer. Quando a Universidade foi fundada, a Faculdade de Arquitetura estava inserida no Instituto Central de Artes (ICA) da Universidade, cujo coordenador era o Alcides da Rocha Miranda, criador do auditório Dois Candangos e, também, do edifício provisório da Reitoria. O Alcides é carioca e dirigiu o ICA, no qual se faziam quatro semestres, sendo os outros seis subseqüentes em Arquitetura (FAU), cujo diretor era o Oscar. E este fez alguns prédios provisórios, o edifício que era a prefeitura do campus e o Ceplan. Tudo pré-moldado. Pegando aquele gancho, o Lelé fez a biblioteca provisória também toda em pré-moldado e a famosa “colina”: eram quatro edifícios, residência de professores. Eles ficaram por pouco tempo, pois logo veio a Revolução de 64 e foram afastados, alguns por razões políticas e o conjunto de professores se dividiu. Há várias experiências, uma delas foi patrocinada pelo reitor Zeferino Vaz (Campinas), a outra teve o Roberto Cerqueira César (FAU) tentando reabrir a Faculdade. Depois houve um ano de greve e as tentativas do IAB por gestões na época do Fábio Penteadó, o presidente nacional do IAB, e o reitor Caio Benjamim Dias (médico de Belo Horizonte). E, no final de 1968, foi criada uma comissão constituída por Nelson Braga (Fortaleza), Miguel Pereira (Rio Grande do Sul), P. M. da Rocha (São Paulo), Paulo Bastos (São Paulo) e Pasqualino Magravita (Bahia). Essas comissões delegaram poderes a algumas pessoas. Paulo Bastos era um deles aqui em São Paulo, que recrutava pessoas para abrir a escola. Fui convidado e, por uma série de razões, aceitei: iam facilitar a entrada no doutorado diretamente, sem a necessidade de fazer mestrado, mas isso não se concretizou. Eu passava o dia inteiro na Universidade, de manhã no curso e à tarde no Ceplan. O Miguel ficava fazendo política e, contrariando uma decisão do grupo original que coordenou a reabertura, ele foi indicado para ser diretor – cargo anteriormente destinado aos arquitetos convidados. Fui designado para ser o coordenador do Ceplan, depois do Lelé. A tarefa era trabalhar fora do ambiente do campus, projetar um conjunto esportivo, detalhar muitas coisas do ICC, que ainda estava em obras; a parte que se refere à habitação, centro de vivência, biblioteca, diretoria e outras coisas.

Anne Marie Sumner (AMS): Habitação da Universidade?

PPMS: Sim, uma série de programas. No campus, havia um instituto de Teologia ligado aos padres americanos – projeto que acabou ficando na estrutura. O Zanine, naquele tempo, dirigia uma oficina de maquete, que fez todo o mobiliário da Universidade. O Paulo Zimbres ficou com a parte esportiva; o Galbinsky, o Miguel, a Jodete Rios Sócrates e o Valmir Amaral faziam projetos da biblioteca que eu acompanhava, pois havia reuniões com o pessoal do BID, da Ford Foundation e da Biblioteca do Congresso Americano, que acompanhei durante todo o período em que fiquei na coordenação, aproximadamente dez ou 11 meses. Depois fui para Florianópolis fazer o plano diretor e a ponte. Da ponte, a convite do Gasperini, coordenei o plano físico dentro de uma metodologia de Serfau, o físico, o institucional, o social e o econômico; eram quatro projetos. Não funcionavam muito bem, acabei fazendo o básico e, a partir dele, os restantes. Voltando a falar do Ceplan, fiz um projeto todo pré-moldado. O Mário Franco freqüentemente o visitava, deu-me assistência, esse projeto se encontra em meu site.

AMS: Esse projeto foi para o Ceplan?

PPMS: Sim, foi feito no Ceplan.

AMS: O pré-moldado, o qual Mário Franco lhe deu o *feedback*, foi para qual projeto?

PPMS: O projeto do Centro de Vivência e restaurantes da Universidade de Brasília.

AMS: Foi executado?

PPMS: Não. Quando saí de lá, o vice-diretor do Ceplan era o Alberto Xavier e ele me devolveu todos os desenhos que eu tinha feito para o centro. Não gostei da atitude. Ele devolveu tudo e, com o vice-reitor, bombardeou o projeto. O centro de vivência era para ser na praça maior, perto da biblioteca e da Reitoria. Fiz esse projeto com a ajuda de outros dois arquitetos, falei várias vezes com o Lúcio e o Oscar, mas quando saí eles fizeram o que quiseram de forma muito esquisita. O centro de convívio da Universidade e o restaurante não contam; a biblioteca é um projeto discutível, mas tem uma certa linguagem à la Corbusier. Uns *brises* anárquicos, bem trabalhados com uma linguagem forte, mas sem novidade no plano construtivo ou estético. Essa aparência foi baseada no projeto do Miguel, que teve como raiz o concurso em que foi premiado em Salvador e sobre o qual há uma disputa ferrenha até hoje em relação à sua autoria. Na verdade, quem trabalhou mesmo foi o José Galbinski. Mas isso é muito relativo, às vezes a pessoa pode dar uma idéia e outra desenvolve, a idéia pode ser mais forte do que o trabalho braçal. De qualquer forma, o desenvolvimento das plantas foi feito com a presença muito forte do Galbinski, que detalhou o projeto todo.

AMS: Como era o cotidiano do Ceplan?

PPMS: Na verdade, houve dois momentos: o primeiro momento em 1962, o qual era coordenado pelo Lelé – ele foi o primeiro coordenador – e o outro período foi até 1964, quando a escola foi fechada.

AMS: E como era a participação dos alunos do escritório no Ceplan?

PPMS: Nenhuma.

AMS: Nenhuma? Eram somente os profissionais?

PPMS: Contratei para trabalhar nesse projeto o José Paulo de Bem e mais outro arquiteto, ex-aluno recém-formado. Não havia nenhum estudante dentro do Ceplan, mesmo porque a dúvida está em saber de qual maneira iríamos proceder, qual critério para colocá-los no projeto.

AMS: E como funcionava a contratação de profissionais?

PPMS: A contratação era feita por alguns professores externos, que nos deram assessoria, como os engenheiros Mario Franco e Villaverde.

AMS: Mario Franco era professor?

AMS: Não, era convidado. Algumas vezes visitava-nos por convite, mas não havia contratação. O ano de 1969 foi o pior para o Brasil, principalmente no Congresso. O reitor era um sujeito bacana – o doutor Caio Benjamim Dias – foi indicado pelo chefe da Casa Civil, o Rondon Pacheco. Certo dia, ele chegou até mim e disse: “Olha, eu tenho todos os números da revista *Módulo*”, demonstrando grande interesse pela arquitetura; deu-nos muita força. Já o vice-reitor era formado em Física Quântica (PHD) e era da Marinha, José Carlos de Almeida Azevedo; até hoje tenho artigos dele sobre ensino. Colaborou na *Folha* durante muito tempo – capitão de Fragata reformado, mas com curso de física quântica, era um sujeito muito interessante.

AMS: O Roberto Cerqueira César foi convidado por quem?

PPMS: Pelo reitor.

AMS: Esse reitor que fez parte da ditadura.

PPMS: Antes do AI5 ele substituiu o Oscar; e não dava pra substituir, pois o grupo dele era muito forte.

AMS: Houve uma experiência de projetos no início da Cidade Universitária, aqui em São Paulo, na USP, que tem a FAU do Artigas, a História e a Geografia do Corona e a Química.

PPMS: O projeto da Química foi realizado pelo grupo de arquitetura que o Paulo Camargo de Almeida, carioca, trouxe do Rio e esse grupo também trabalhou com o Artigas no projeto piloto de Brasília. Ele convidou um grupo de arquitetos do Rio e as químicas ficaram com esse grupo. Eles detalharam uma parte lá na prefeitura, um escritório do campus. Eu fiz o Departamento de Geologia e da Mineralogia, departamentos da FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); o Paulinho fez a Sociologia e, o Guedes, a Matemática. E não sabotaram nenhum dos projetos, nem do Guedes, nem do Paulinho, nem o meu. Fizeram a História e a Geografia muito rápido e nós demoramos, o que também nos dificultou um pouco. O Oswaldo Bratke projetou os Laboratórios da Hidráulica.

AMS: Qual grupo era esse?

PPMS: Era um grupo convidado pelo Paulo Machado, coordenador do CUASO (Cidade Universitária Armando Salles Oliveira). Ele era coordenador do escritório oficializado pelo reitor, no governo Carvalho Pinto, nos idos de 1961 e 1962, e escolheu pessoalmente alguns arquitetos. O Ícaro de Castro Mello e o Alfredo Paesani fizeram o centro esportivo, o Eduardo Kneese fez o CRUSP, do qual demoliram um dos prédios para fazer a avenida monumental, no eixo da Reitoria.

AMS: Demoliram?

PPMS: Eram 12 e restaram 11. E depois já tinham alguns prédios iniciados: a Física, por exemplo. Depois, na Poli, algo foi feito pelo Ernest Carvalho Manje, o biênio. A FAU teve um escritório de planejamento, era o Cepeu com o Lauro Birkolz – professor de Planejamento na USP. No Centro de Estudos e Pesquisas de Urbanismo foram feitos vários planos diretores em muitas das prefeituras, inclusive a de São José dos Campos. Creio que, na realidade, você cai na concepção do Ceplan. O Ceplan nasceu com a finalidade de ter um escritório no campus, para manter o corpo docente ativo em um projeto não-remunerado, pois os professores atuantes são em tempo integral; isso foi elaborado para eles não perderem o jeito de projetar, em que o professor exerce uma carreira acadêmica e fica desvinculado da prática. No Ceplan, todos os projetos complementares são elaborados fora, tanto os de hidráulica como os de elétrica, e os de concreto, etc. Vejo que sua proposta seria interessante se tivesse o pessoal de engenharia; por isso, não poderia ser um escritório só de arquitetura, e sim um instituto, no qual haveria uma área de arquitetura consistente, mas também existiriam outras áreas técnicas. Isso foi um erro do Ceplan: não ter dentro dele os profissionais que fizessem todos os projetos. Tendo o nome que tiver, o importante é a substância da coisa. Não considero a experiência do Ceplan interessante para o Mackenzie, porque ele estava baseado sobre o objetivo de fazer-se o campus com aquele grupo de professores que estava lá, o Oscar e o Alcides da Rocha Miranda também. Havia gente ligada ao Alcides ao Oscar, então Dois Candangos e a Reitoria provisória foram feitos pelo Alcides, a biblioteca e a colina pelo Lelé. O Ceplan, o Minhocão e a praça maior são projetos do Oscar, que contrariavam profundamente o projeto do Lúcio, pois este era completamente diferente. O Oscar simplesmente fez outro projeto, abandonando o projeto do Lúcio e fez um prédio só.

AMS: Como era o projeto do Lúcio?

PPMS: Era bem confuso; e aquela praça maior, que era bonita, eles desmontaram.

AMS: E é muito bonito aquele jardim contínuo interno do ICC.

PPMS: No projeto do Oscar Niemeyer, a praça maior era uma praça descampada. Nesse projeto havia museu, reitoria, biblioteca, etc. Coloquei enfiado no chão, disfarçado, não participando arquitetonicamente do conjunto do edifício do restaurante e criei uma série de facilidades como loja de produtos, farmácia, uma espécie de centro comercial, lavanderia, tudo escamoteado e enterrado no chão em relação à praça, mas com vista para o lago. Como se fosse um muro de arrimo vazado, com arcos, era um negócio bonito e feito com três peças básicas pré-moldadas. O Mário Franco fez, bolou as peças, mas o grupo que me sucedeu lá no Ceplan, o Xavier, inclusive, detonou esse projeto e fez o que quis, não ouvindo mais o Oscar. Hoje você vai lá e percebe que a praça residencial está o “fim da picada”. Só sobrou o Lelé, o resto é de uma qualidade muito duvidosa.

AMS: Deslocando nosso tema para os passeios públicos, o que você sugeriria como um piso geral para a cidade?

PPMS: Creio que a situação de Paris é a melhor que existe, pois é asfalto. Paris inteira é asfaltada. Faz-se, então, um buraco, no lugar que tem muita obra, e depois você recompõe, acerta declividades.

AMS: Por ser propriedade particular, a calçada daqui é um problema.

PPMS: E, no entanto, apesar de ser particular, passam qualquer coisa por dentro dela: tubo de concessão, etc. Se passarem um canal da Net por dentro, não pagarão nada.

AMS: Mas, nesse caso, tenho a impressão que seria preciso mudar a legislação.

PPMS: Está previsto na Constituição. Na verdade, o problema está relacionado com os ambulantes, a passagem de ambulância. É complicado, porque o grande problema que vejo é em relação à 25 de Março e à zona do Mercado, ambos com comércio anárquico à sua volta. Em geral, isso acontece também nas estações de ônibus, onde, devido à grande demanda de pessoas, qualquer ambulante pode atrapalhar a circulação. Um dos maiores centros de compras fica na 25 de Março, junto àquele Terminal Parque D. Pedro.

AMS: Que deveria sair de lá.

PPMS: Não sei por que insistiram em mantê-lo. Quem promoveu aquele terminal foi o setor de obras da Emurb, na gestão do Botti, na qual participei como diretor de Planejamento. Assim, temos responsabilidade quanto a isso. Já havia um terminal na praça das Bandeiras, agora um segundo no Parque D. Pedro, feito pelo Paulo Mendes da Rocha, e outro no largo Coração de Jesus, feito pelo Toscano. A qualidade da arquitetura não resolve os problemas urbanos decorrentes da criação desses terminais.

Sylvia Ficher, Celso Arantes e Andrey Schlee
Entrevista realizada em 7/7/2005

Sylvia Ficher
Professora de Teoria
e História do
Departamento de
História da FAU-UNB.

Cláudio Arantes
Arquiteto, ex-vice-
diretor do Ceplan e
assessor da área
técnica.

Andrey Schlee
Arquiteto e diretor da
FAU-UNB.

Anne Marie Sumner (AMS): Como surgiu o Fundusp (Fundo de Construção da Universidade de São Paulo)?

Sylvia Ficher (SF): Temos, a princípio, dois projetos: O primeiro é do acadêmico Cristiano Stokcler das Neves, e, o segundo, é do Pujol, parecido com o “Cidade Jardim”. Depois permitiram que os arquitetos contratados por fora começassem a organização de algo que ainda não se chamava Fundusp, mas o seria.

No final da década de 1940, Anhaia Melo, criador e um dos fundadores da FAUUSP, foi a pessoa responsável por esse órgão. Ele foi também o principal articulador da construção da Cidade Universitária, já que esse era seu campo de atuação.

Houve, nesse momento, uma discussão acerca do estilo a ser adotado para o campus, pois os Mesquitas privilegiavam um estilo neocolonial, como nos moldes da Faculdade de Direito do largo São Francisco, ao passo que o engenheiro politécnico Anhaia Melo defendia uma arquitetura moderna. Houve, então, na década de 1950, uma distribuição das unidades da Faculdade: o Setor Esportivo para o Ícaro, a de Arquitetura para o Artigas, o prédio de História para o Corona, etc. Dentro dessa distribuição de projetos, participaram Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Kneese de Melo (CRUSP), todos professores da FAUUSP com orientação da arquitetura moderna, e portanto, defendiam esse estilo.

Houve, depois, outras levas de projetos, como os de Geografia, Oceanografia, além de Ciências Sociais, projetos desse mesmo período que optaram por utilizar materiais pré-fabricados. Houve, então, a criação do Fundusp, coordenado por Paulo Camargo, que nunca foi professor da FAUUSP, mas um dos criadores da Escola de Engenharia da USP-São Carlos, bem como do Departamento de Arquitetura dessa Faculdade e também foi influenciado pelo modernismo carioca trazido por Abelardo de Sousa e Oscar Niemeyer.

AMS: E como se deu a experiência com o Fundão, mencionado no livro *Os espaços da USP*?

SF: Dentro do Departamento de Administração do Serviço Público, o Dasp, havia uma espécie de Dop (Departamento de Obras Públicas) federal, um departamento similar ao existente em São Paulo, responsável por projetos de arquitetura para a prefeitura e governo federal, tanto em âmbito estadual como municipal. Por exemplo, a construção do aeroporto Santos Dumont pode ter sido executada sob o comando do Dasp.

AMS: Gostaria que vocês falassem sobre essa experiência do Ceplan historicamente e hoje; e, também, em um segundo momento, sobre sua formatação jurídica.

Cláudio Arantes (CA): O Ceplan está vinculado ao nascimento da Universidade. Dirigido, inicialmente, por Oscar Niemeyer, esse centro de planejamento foi responsável pela revisão de um plano deixado por Lúcio Costa. O mais conhecido desses edifícios é o ICC (Instituto Central de Ciências), conhecido como Minhocão. Esse instituto é, hoje, metade da Universidade, se considerarmos os institutos e faculdades, departamentos, número de alunos, número de disciplinas. Nessa época, também foram projetados outros prédios, um dos quais é o Ceplan. Todos eles foram projetados para serviços gerais, porém, no fim, acabaram ficando permanentes, tornando-se prédios para armazenamento,

oficinas e almoxarifados. São prédios que contêm três peças pré-fabricadas: uma cobertura e duas peças de fechamento, que são a estrutura. Essa estrutura do Ceplan durou até 1966, pois perdeu 80% do quadro docente. Então, quando a Faculdade ficou acéfala, foi fechada em 1967, e os alunos de arquitetura se recusaram a receber o diploma, em plena ditadura. Em 1968, a Faculdade, o Instituto Central de Arte e o Ceplan foram reabertos.

Andrey Schlee (AS): Uma coisa que considero importante deixar claro é que, para os alunos, a escola era o Ceplan. Na verdade, havia uma confusão nisso, pois os alunos participavam ativamente da elaboração dos projetos e da própria Universidade. O Ceplan nasce com a Universidade e só mais tarde vai ficar vinculado à FAU.

CA: O Ceplan era diretamente ligado a Darcy Ribeiro, que não respeitava nenhuma estrutura burocrática e tratava de tudo com todos.

AMS: Ele é um órgão da Universidade?

CA: Ele nasceu em 1962, com a Universidade, e dedica-se em 90% a planejar e projetar a própria Universidade. Aliás, não existe nenhum prédio que não tenha sido projetado por um professor, via Ceplan. Mesmo na época em que Oscar Niemeyer estava aqui, alguns projetos externos foram desenvolvidos, como o da embaixada da França e o antigo Instituto de Teologia dos Dominicanos. Esse último, mais tarde, foi ocupado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

AMS: O escritório continua funcionando ativamente dentro dos projetos universitários?

AS: Não. Agora, o Ceplan está ligado à Reitoria e tem um corpo técnico responsável por todos os projetos. Quando há novas demandas, aprovadas pela Universidade ou de fora, há uma chamada aos professores da FAU que queiram participar dos projetos.

CA: Estamos fazendo o projeto de reforma do Minhocão, com estudantes, que inclui, pela primeira vez, um professor da Engenharia Mecânica, um da Elétrica e outro da Civil. Antes, o pessoal da arquitetura projetava e a engenharia era contratada fora, pois nunca tinha sido possível integrá-los, uma vez que a Arquitetura e a Engenharia têm culturas profissionais muito diferentes.

Quando se projeta um instituto, faz-se uma convocação, um edital público. A partir daí, surgem os interessados, que, às vezes, prestam um pequeno concurso se a demanda for muito grande. Normalmente, surgem grupos bem variados.

AS: Tive boas experiências com o grupo na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FACE), pois colocamos um professor do Departamento de Teoria, um de Tecnologia e um de Projetos: três arquitetos.

CA: Em outra experiência, contratamos arquitetos sênior e júnior para ajudar, formando uma equipe com os alunos bolsistas.

AMS: E como é a remuneração para esses projetos?

CA: Até cinco anos atrás, ainda não podíamos remunerar o professor que fizesse um projeto. Todos os grandes projetos daqui foram feitos, porque eram professores que se desligavam um pouco da área didática e “internavam-se” durante algum tempo no Ceplan, desenvolvendo os projetos. Atualmente, a Universidade tem meios legais para remunerar os trabalhos. Além disso, se você é contratado para dar aula e faz projetos, então, você pode ser remunerado pela elaboração de projeto, algo paradidático.

AS: Vou tentar explicar assim: o Ceplan manda para FAU ou para a Engenharia um edital, uma carta convite dizendo que há tais projetos e os professores interessados se candidatam. O projeto vai para o departamento dele e,

como se fosse fazer uma grande pesquisa, pegam uma extensão, pois ele fará um projeto de arquitetura. E ele diz que, além das atividades didáticas, ele quer desenvolver isso. Então, o departamento libera, e ele ministra tantas horas de aula, cumprindo um horário à tarde aqui.

AMS: E se for professor para período integral?

CA: Há pareceres do Tribunal de Contas da União que estabelecem condições. Na verdade, há atividades aqui que seriam impossíveis de serem executadas, se seguíssemos todos os parâmetros do ACRAE, do vestibular. Seria impossível trabalhar aos finais de semana, fora de horário, então tem como remunerar quem prepara e quem aplica o vestibular. Se seguíssemos toda a legislação, não conseguiríamos fazer várias coisas. Então, admitindo a situação, o Tribunal de Contas criou algumas regras; por exemplo, você não pode ser remunerado por aquilo que já é contratado para fazer, ou seja, você não pode ser contratado para ser professor e ser remunerado para dar aula. Portanto, se você é contratado para dar aula, mas você faz alguma outra atividade que não essa, na verdade, você pode receber por isso. Então, anteriormente, havia salários tão bons que os professores faziam projetos de graça para a Universidade, e durante muito tempo a Universidade de Brasília foi, de fato, uma fundação de direito privado. Por essa razão, ela tinha a liberdade de ter suas tabelas de remuneração; ela tinha muita facilidade de contratação. Hoje, ela ainda é uma fundação, mas não é uma autarquia pública, com todas as restrições. Então, com o tempo, vão ficando algumas brechas para poder remunerar os trabalhos, ter alguma liberdade. Assim, é uma forma de a faculdade receber dinheiro externo, de prestar serviços para outros órgãos públicos ou privados e ser remunerada.

Hoje, o dinheiro que vem do MEC quase não é suficiente para pagar as folhas salário. Toda a manutenção e o investimento feitos na Universidade vêm de outras fontes, como o CNPQ.

SF: Na USP, acontece o seguinte: na Poli, os professores estão para receber seus salários, no mínimo, duplicados. O professor exerce o cargo como sendo tempo integral, dá aulas e faz atividades de pesquisa dentro da Faculdade de Arquitetura. A atividade de pesquisa dele é dentro da fundação. Ele é remunerado, porque é um tipo de pesquisa extremamente aplicado, às vezes até contratado, como o IPT, uma empresa que realiza uma pesquisa sobre um determinado material.

AS: O Ceplan está entrando agora nesse patamar, porque já chegou uma solicitação, um convite para que o Ceplan se organize. O Tribunal de Justiça do GDF está pedindo um plano diretor de manutenção e conservação sustentável de todos os seus prédios. Então, isso já é uma pesquisa que, certamente, será feita pelo laboratório da FAU, pelos professores, por uma equipe que será formada aqui e será remunerada.

Gilles Antier

Entrevista realizada em 21/9/2006

Gilles Antier
Geógrafo, diretor do
Institut
d'Aménagement et
d'Urbanisme de la
Région Ile-de-France-
IAURIF, Paris.

Anne Marie Sumner (AMS): A atividade do IAURIF é, principalmente, metropolitana, infra-estrutural. Minha idéia seria estabelecer alguma ligação entre nós (após apresentação do projeto para a Ligação Leste-Oeste de São Paulo).

Gilles Antier (GA): Não é a vocação principal do IAURIF montar um projeto como esse. É preciso ter isso em mente. Nossa vocação se concentra nos estudos estratégicos e de planificação e estudos setoriais e temáticos; sobre atividades de serviços, meio ambiente, transportes, etc. Porém, não é nossa atribuição trabalharmos na escala do projeto em si. Às vezes fazemos projetos, mas o fazemos mais no exterior do que na própria Ile-de-France. Tive problemas como esse em Shangai, por exemplo. No *bund*, ao longo do rio, havia uma grande avenida e havia o projeto de construção de um viaduto, pois os viadutos... “*seriam o progresso...*”

AMS: Aconteceu a mesma coisa em São Paulo.

GA: Porque São Paulo foi muito influenciada, assim como o Rio de Janeiro, principalmente nos anos 60, pelo princípio valorizado pelos norte-americanos, ou seja, as grandes avenidas com duas vezes quatro vias, que atravessavam a cidade, de um lado a outro. Mas voltando a Shangai, na segunda fase de projeto, foram feitas passarelas para pedestres. Depois, com o aumento da “motorização” – carros, táxis e ônibus – provocou-se o congestionamento e, a partir disso, propusemos uma solução radical: uma interdição. Agora há uma rua só para pedestres. A rua Nankin, a mais célebre e movimentada de Shangai, conhecida em toda a Ásia. No entanto, há dez anos as pessoas acreditavam risível a idéia de uma rua só para pedestres.

Explicamos o problema do ponto de vista do urbanista. Uma via que poderia tornar-se uma via de pedestres, voltada para a área verde, considerando a implantação, os alinhamentos, e o que poderíamos imaginar para o patrimônio. Porém, qualquer que seja nossa idéia, são eles que decidem.

AMS: Esses projetos serão contratados?

GA: Vão confiar o projeto a um arquiteto francês, amigo meu, Jean-Marie Charpentier que fez a *Ópera* de Shangai. Ele foi encarregado de tornar a rua Nankin uma via de pedestres. Charpentier a desenhou toda com pequenos bancos, lixeiras, arbustos, lajes, etc. Não é meu trabalho elaborar um projeto como esse.

AMS: Em nosso caso, a idéia seria discutir, de modo mais amplo, levando em conta a experiência do IAURIF e a experiência parisiense que, em geral, é extraordinária como cidade.

GA: Sim, o único limite que existe é de observar, efetivamente, um pouco do que fazíamos na época, pois tínhamos mais profissionais na área da arquitetura. É importante destacar que, quando entrei aqui, há muitos anos, havia muito mais arquitetos urbanistas, pois eles eram a herança da *grande époque*. Havia os arquitetos, os economistas e os engenheiros.

Hoje em dia a carreira dominante é a de geógrafo. Contratamos 60 juniores desde 1998. Dois terços são administradores geógrafos. Os outros são profissionais difíceis de classificar. Há economistas, mas há também pessoas formadas, jovens engajados, em novas técnicas ou em novas tecnologias que não existiam quando estudei, como a geomática.

AMS: O que é a geomática?

GA: GIS é um sistema de informação. É a localização e a interrogação automática dos dados.

O IAURIF é uma fundação ligada à região para a administração do território, elaboração de estratégias e estudos setoriais globais. Subordinado a isso, há as intercomunidades, que se desenvolveram muito na França. Elas são a administração mais ou menos local, o centro da administração das comunas, a programação dos equipamentos e das infra-estruturas. Depois, há o âmbito local, municipal. O município é o nível de referência essencial; na França, existem 36.000 comunas. Somente na região Ile-de-France temos 1.260 comunas, 1.260 prefeituras. Alguns anos atrás, quando se tinha um projeto, ele era feito, principalmente, no âmbito das comunas, mas, hoje em dia, o que chamamos de “projeto urbano”, no sentido forte do termo, é feito em um contexto intercomunas – algo muito bom. As intercomunidades são estruturas que se unem e nas quais se unem também os financiamentos, as fontes, os impostos. Do ponto de vista das áreas, a aglomeração parisiense, no total, tem por volta de 2.000 km².

AMS: Mas o município de São Paulo tem apenas 1.500 km², sem contar a Grande São Paulo.

GA: Sim, mas se considerarmos somente a região de Ile-de-France, ela tem 12.000 km². De qualquer forma, as regiões não existem mais, o que chamamos de região metropolitana, em São Paulo ou no Rio, foram demolidas. As regiões metropolitanas são cascos vazios, *empty shell*.

AMS: O que são cascos vazios?

GA: São as regiões metropolitanas como as conhecemos nos anos 80 e 90, e, ao que parece, a partir do final dos anos 90 não têm mais poder. Entre o estado e o município existia uma estrutura metropolitana no Rio e particularmente em São Paulo. Isso talvez ainda exista, mas só funciona dentro de um escritório, não possui mais um significado político, nem em termos de administração.

Houve um processo de fragmentação interna na gestão de aglomerações, principalmente na América Latina.

AMS: O projeto que você fez em Shangai foi uma parceria entre o governo chinês e o francês? Como foi o contrato?

GA: São contratos passados para nós diretamente.

AMS: Não foi o município de Shangai que solicitou?

GA: Sim, mas não foi a primeira vez que aconteceu. Há cerca de dez anos, o presidente do metrô de Manila, nas Filipinas, disse-me: “Tenho um problema quero fazer um plano diretor, mas não sei onde termina minha cidade.”

Finalmente, o IAURIF é uma fundação criada em 1960 sob uma ordem pessoal de De Gaulle. Estávamos sob a tutela, o controle do Estado, mas não temos autoridade de Estado. Não éramos funcionários públicos. Isso durou 20 anos (1960-1980), mas como você sabe, na França, houve a descentralização que proporcionou às regiões a responsabilidade de administração do território. Então, passamos da tutela do Estado à tutela da região, que é dirigida por um conselho regional eleito.

Ana Maria Fernandes
Entrevista realizada em 6/7/2005

Ana Maria Fernandes
Ex.-diretora e
professora da
Faculdade de
Arquitetura da
Universidade Federal
da Bahia – FA-UFBA

Anne Marie Sumner (AMS): Conversando com o Marco Tabet sobre o quadro que se está vivendo na Europa, a França estaria perdendo território, o ensino francês nas universidades, que sempre foi de excelência, estaria mais frágil. Enquanto na Inglaterra parece haver uma grande injeção de dinheiro público nas universidades visando à produção de pesquisa, tecnologia, ciência, etc. Em vista disso, a minha pergunta a você é: dentro do processo de privatização, como fica a produção de ciência, tecnologia e pensamento na Universidade para a sociedade, quando comparada aos problemas que a França enfrenta?

Ana Maria Fernandes (AMF): Na França também existe uma situação grave com respeito à pesquisa. Quando estive lá no ano passado, houve uma greve de pesquisadores, que saíram às ruas e fizeram uma imensa mobilização. A tal parceria público-privado é estranha na sociedade francesa. Já na Inglaterra, a parceria começou com a Margareth Thatcher, são quase 30 anos nessa história, e o primeiro ministro Tony Blair é um pouco supra-sumo desse negócio. A Europa inteira está passando pelo processo que altera completamente toda a formação universitária, padronizando uma série de títulos que eles possuíam na França.

Enfim, você tem uma reação da sociedade francesa que, por um lado, é muito conservadora, e, por outro lado, dificulta um caminho considerado fácil, sobretudo liderado por essa associação Inglaterra, EUA e Alemanha que também tem uma ação positiva muito forte nesse processo da chamada modernização da evolução tecnológica.

O que considero importante é: partir do interesse público. Porque hoje é notório que a produção de conhecimento é extremamente rentável, limpa, e gera o *copyright*, ou seja, a produção de serviço continua e tem força. Não é à toa que todo aparato industrial está cada vez mais disseminado por países subdesenvolvidos, e isso é produtivo, mesmo que seja descentralizado.

Se você tomar como exemplo grandes empresas como a Reebok, ou essas empresas de marca, elas guardam somente a concepção de uma idéia. Mas a fabricação de um chip de 0,5 x 0,5, por exemplo, pode ser feita em qualquer outro país do mundo. É uma linha de montagem, então, a questão está em definir onde está o interesse público e desenvolver o conhecimento e a tecnologia voltados para esse interesse.

Nos EUA a absorção de pessoas tituladas com mestrado, doutorado, pós-doutorado, etc, pelas empresas privadas é altíssima. Já há uma outra estrutura produtiva dentro das grandes empresas. Os laboratórios americanos, ou mesmo os suíços, as grandes empresas de informática, etc, já assumiram completamente a questão da produção de conhecimento. Hoje, é muito grande o vínculo das universidades com as empresas nos EUA.

É interessante ver o que o Massachusetts Institute of Technology (MIT) está fazendo com o Brasil. As empresas começaram a descobrir que é importante a questão do conhecimento, só que utilizam o aparato público para isso. Então, o que tenho percebido em algumas instâncias atualmente é que a disputa por recursos no Ministério da Ciência e Tecnologia e no Ministério da Educação deixa de ser uma demanda de universidade e passa a ser uma demanda de empresa, e essa demanda é tanto de empresa produtiva quanto de empresa educacional.

AMS: A demanda de recursos públicos?

AMF: Sim, a demanda de recursos públicos feita pelas empresas, que hoje contam com linhas de financiamento para o desenvolvimento de tecnologia e absorção de doutores e recém-doutores nas empresas.

AMS: Ou seja, você tem uma bolsa da Fapesp para desenvolver dentro da Siemens?

AMF: Exatamente, e isso se faz da seguinte forma: os projetos considerados de excelência são julgados nessas instâncias, e por isso seria interessante conversar com a Fapesp, porque ela, hoje, é quem mais trabalha com a chamada “inserção produtiva da produção de conhecimento”, e isso é algo importante, porque é gerado um aumento de capital nas empresas, e a tecnologia financiada acaba sendo incorporada por doação às empresas, sendo do órgão fomentador para a própria empresa.

AMS: E qual é a resultante pública?

AMF: Que haja o aumento do número de patentes – é o que se espera.

Agora, voltando um pouco para esse escritório. Creio que uma grande dificuldade a ser enfrentada, e não está nessa esfera, é a própria atuação da categoria arquitetos e o IAB com o sindicato, na medida em que existe uma impressão mais ou menos generalizada de a Universidade não poder competir com o mercado de trabalho dos arquitetos. Assim, se você está na área construtiva, você está brigando com os empreiteiros; se você está na área de projetos, você está brigando com os escritórios de projetos.

AMS: Justamente por ser um escritório ligado à Universidade, serão feitos projetos emblemáticos, experimentais e públicos, quer dizer, de interesse público por definição. Então, digamos que, grosso modo, um escritório particular, como o meu ou como qualquer um de meus colegas, não teria condição de efetuar esse tipo de projeto; primeiro porque são marcos de tempos muito longos, e segundo, porque supõe investimentos intelectuais de “n” áreas. Eu teria de contratar consultores, e iria à bancarrota no primeiro mês, porque eu não teria dinheiro para pagar o biólogo, o físico, o profissional de conforto, novas tecnologias.

AMF: Mas, de qualquer forma, como você remuneraria essa equipe?

AMS: A Universidade daria o espaço físico e as instalações.

Na USP, eles destinam 26% à Universidade e a outra porcentagem é reinvestida no escritório. No Uruguai, eles fizeram o plano diretor de Montevidéu, foi um convênio com o poder público e os profissionais, que receberam e pagaram uma parte para a Universidade, e ainda tiveram condição financeira para poder suplementar e reinvestir no próprio escritório e também nos profissionais, inclusive tendo liberdade de contratar.

AMF: Definido o interesse em torno do qual você vai trabalhar, resta definir quais são os projetos, porque pode ser infra-estrutura, habitação, transporte, escolas; isso vai depender dos convênios.

AMS: Por exemplo, se houver um convênio com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), vamos passar três anos projetando as estações para saber como seriam.

AMF: Mas, nesse caso, a maneira pela qual se define o interesse público é algo que terá uma definição conceitual, quando consideramos um escritório de arquitetura que tem a UNIFAX, pois eles fazem o chamado escritório público para habitação. Então é assim, fazer reforma, com um escopo bem mais detalhado, em escala muito menor, e eles formaram um conselho de avaliação da ação do escritório, coisa muito interessante porque participam pessoas do estado, da

prefeitura, de outras universidades e também das comunidades envolvidas. E isso pode ajudar a entender o que é esse interesse público, do tema que vai ser definido, porque acredito que o importante é a arquitetura passar a compor o interesse público, porque não compõe. De meu ponto de vista, o Brasil abandonou a arquitetura; com o desenvolvimento das grandes construtoras na cidade, a arquitetura desaparece do foco de interesse, e passa a ser algo episódico e circunstancial. E acredito que é importante recompor a arquitetura como interesse público.

AMS: Particularmente, tenho dito não a público – não existem mais escritórios de arquitetura no sentido clássico, quer dizer, existem os escritórios comerciais articulados com as construtoras e existem os escritórios que, na verdade, são quase ateliês, mas a Universidade poderá ser um lugar onde a arquitetura tenha como tônica a atuação na instância pública.

AMF: Essa questão é absolutamente fundamental.

AMS: E não é assistencial.

AMF: Ela pode até ser assistencial no sentido de ter uma determinada demanda ou pode ter um departamento, ou ter uma experiência que se configura. No ano passado houve uma experiência aqui, na Faculdade, extremamente interessante: uns meninos adolescentes de uma comunidade pobre da cidade procuraram a Faculdade para fazer um projeto de bairro. Eles participaram da elaboração dos projetos e, no final do projeto, vieram pessoas da França, da escola de Versalhes. Temos possibilidades de trabalhar o interesse público de diversas formas, ainda que não seja destinado especificamente para resolver um problema, não podendo guiar seu escritório – há a problematização da arquitetura: enquanto domínio público ela é uma produção pública da sociedade. Isso é algo que reconquistamos minimamente, ainda que seja esporádico.

AMS: Na verdade, países como a França são os últimos baluartes da república. O menino chega à escola *égalité, liberté, fraternité* desde os sete anos de idade; a escola é toda pública, a saúde é pública, o metrô é uma maravilha, o cidadão é uma figura em uma sociedade civil constituída, basicamente, até o começo do século 20, final do século 19. Hoje, a produção de arquitetura, internacionalmente, também está em uma crise. Assim, o que piscar mais, soltar mais luzes e mais *flashes* está valendo. No entanto, em países como o Brasil, na atuação social da arquitetura, podem-se fazer projetos, obras de arte efetivamente extraordinárias do ponto de vista de uma inteligência visual e projetual dentro da coisa pública.

AMF: Em Salvador, por exemplo, o cheiro do esgoto está por toda a cidade, o que, aliás, aumenta mais ainda no inverno. Na verdade, houve um problema com o Bahia Azul, um projeto de saneamento de Salvador. Esse projeto tem sido alvo de muitas críticas por não oferecer uma solução para tal problema.

AMS: Isso é feito onde?

AMF: Aqui em Salvador. Patrícia Borges, em sua tese de doutorado, analisa esse problema anteriormente trabalhado por uma sanitarista no Programa Bahia Azul. Ela tem uma ligação muito forte com o movimento popular, trabalha com a engenharia ambiental.

Há a questão do próprio projeto do saneamento de Salvador, que, enfim, acabou sendo um investimento muito grande de 500 ou 600 milhões de dólares, algo assim, inclusive, na despoluição da Bahia de Todos os Santos. Evidentemente, o problema principal da Bahia não é o esgoto humano, mas o esgoto industrial. São as grandes multinacionais que estão aqui e, também,

continuam com um líquido pesado na Bahia, até agora. Mas quando começaram a falar que iam transformar o Tâmis, eu falei: é brincadeira. Isso há uns 20 anos e agora, realmente, o rio corre feliz.

AMS: Sobre a ação pública e a ocupação pública, ela também mudou. Por exemplo, o metrô tanto faz ser gerido pelo poder privado ou público, é uma obra pública.

AMF: Claro!

AMS: Definir o interesse público não é necessariamente a obra pública. O piscinão é público; por exemplo, em São Paulo temos o lago do Ibirapuera, também um piscinão. É que estamos em um traslado de situação e, muitas vezes, usamos a palavra público inadequadamente. Em Edimburgo, ninguém paga pelo uso dos museus. Lá, todas as instituições culturais são públicas e a entrada é franqueada.

AMS: E na França a definição de público é interessante: o espaço público é aquele que você acessa a qualquer momento. Assim, a rua é pública. Mas o bem público é de uso privado do Estado. Lá as praças se fecham à noite, porque é de interesse público, mas regulamentadas pelo Estado.

A linha que delimita o edifício para a calçada é a linha que estabelece os termos de responsabilidade pública ou privada. Por exemplo, se uma pessoa cair do lado de cá com algum problema, quem vai pagar é o seguro do edifício; se cair do lado de cá, é seguro do Estado.

Aqui no Brasil é necessário repensar a noção de público, pois não sei se o público se define apenas como um estatuto de propriedade. Por exemplo, a habitação de baixa renda é algo tão evidente que são muitos os projetos para resolver esse problema. Se são bons ou não isso é outra discussão. Mas existe uma produção de arquitetos do Estado ou privado que prestam serviços para o poder público, inclusive as formas de financiamentos visam atender à população de baixa renda. Diferentemente do que acontece na França, onde o grau de pobreza não se compara com o do Brasil.

AMS: Na França, eles fizeram um alto investimento nos anos 70 e 80 para melhorar e resolver o problema de habitação. Hoje, nesse país, esse problema está praticamente superado devido ao constante processo de requalificação e, também, aos esforços dispensados por aqueles que legislam, pois criam leis que beneficiam a maioria da população sem acarretar custo para o país. Por que você acha que esse processo de privatização avançou tanto nas instâncias públicas?

AMF: Porque, no início do século 20, tudo era privado: o metrô, o abastecimento de água, o fornecimento de energia, tudo enfim.

No Brasil, havia a Light and Power. Era um investimento muito pesado, de longo prazo e de rentabilidade lenta e, portanto, foi incorporado pelo Estado. O capital privado, por sua vez, passou a ser investido em bens de base. Há, agora, uma mudança tecnológica e na concentração de capital, assim, é necessário que novas esferas de investimentos sejam abertas para tornar rentável tudo isso, que voltou a ser interessante, já que estão prontos os sistemas em muitos lugares. Nota-se que, no Brasil, as privatizações não avançam tanto, a não ser em relação às rodovias.

O que me chama a atenção, nos EUA, é o fato de a Disney possuir uma enorme quantidade de terras na Flórida. Lá, eles fizeram uma análise dos investimentos e chegaram à conclusão que os parques de diversão já estavam chegando no limite. Eles, então, construíram uma cidade chamada Celebration, localizada do outro lado da rodovia. Trata-se de uma cidade da Disney, corporativa

e gerida privadamente, onde você entra tranqüilamente, pois não há portões. Ao entrar, vê-se um centro de escritórios em meio a um espaço vazio, projeto do Aldo Rossi e outros. O neo-urbanismo me arrepiava do ponto de vista da concepção de cidade. Há, assim, uma cidade inteira produzida, gerida e sustentada ideologicamente pelo capital corporativo. Lá, todos acreditam que isso é maravilhoso, pois há segurança, retomando uma pretensa cidade tradicional norte-americana, como em Boston no século 18. O investimento é da mesma ordem, entre 120 e 130 milhões de dólares, o mesmo que construir um parque temático. Há uma série de fatores que contribuem para isso, como os fundos de pensão, estritamente importantes do ponto de vista da acumulação de capital, e o capital bancário. Esses fundos que financiaram o projeto na Costa do Sauípe, por exemplo, é um escândalo do ponto de vista urbano, porque compete com Salvador, ou seja, impede uma série de dinâmicas que poderiam acontecer, pois o turista que chega vai direto do aeroporto ao *resort*, ao seu campo de *golf* ou à sua quadra de tênis. Em relação à arquitetura, eles reproduziram o Pelourinho e também Ilhéus. Há, assim, a velha questão de ser refém da criação de empregos porque, para isso, faz-se qualquer coisa. É a cultura do espetáculo e tudo isso é muito mesquinho.

Ruben Otero e Hector Vigliecca
Entrevista realizada em 7/4/2005

Ruben Otero
Arquiteto, professor
da Escola da Cidade
e ex-diretor da
Faculdade de
Arquitetura da
Universidade da
República de
Montevidéu, de 1997
a 2000.

Hector Vigliecca
Arquiteto e professor
da Escola da Cidade.

Ruben Otero (RO): Nos anos 50, a Faculdade se organizou em Institutos de Pesquisa. Havia a cátedra teórica e de projetos, que constituíam os núcleos de pesquisa chamados: Instituto de Urbanismo, Instituto da Construção, Instituto de Design. Esses institutos, apesar de fazerem pesquisas, estavam habilitados formalmente para realizar trabalhos de extensão, de dois tipos: o gratuito, para as instituições assistenciais, e o pago, para os demais. Esses trabalhos geraram uma grande discussão dentro da Faculdade. Porque, por exemplo, os assistenciais apresentaram dois problemas: a diferenciação entre os professores envolvidos no projeto e os que não estavam. Isso porque a participação gerava um aumento de até 45% salário. Essa questão de remuneração nunca foi bem resolvida e gerou muita discussão interna.

Anne Marie Sumner (AMS): Fazendo uma comparação, o Instituto de Química da Politécnica recebeu um patrocínio de 70 milhões de reais. Eles têm convênios com a Petrobrás e a Rhodia. Vinte e seis por cento são destinados à Universidade, ao Instituto de Química da Politécnica. O grupo de pesquisadores é formado por cientistas, professores titulares, com formação de altíssimo nível, que, inclusive, mantêm diálogo com centros de excelência internacional, como o MIT. No caso do Uruguai, somente a Faculdade de Arquitetura tinha esse tipo de experiência ou outras instituições da universidade também?

RO: Há outras como a Química e a Engenharia, por exemplo.

AMS: Vocês podiam ter 45% a mais no salário e o resto ia para a Universidade?

RO: Na verdade, o orçamento do convênio é estipulado a partir dos custos com materiais e professores. A esse valor somam-se 15%, dos quais 5% vão para a Universidade e 10% para a Faculdade. Esses 5% da Universidade iam para uma instituição que se chama Comissão Setorial de Investigação Científica, que antes contava com programas de apoio a professores que faziam trabalho de pesquisa poderem se apresentar em seminários internacionais, para serem professores do exterior. Enfim, esse CSIC mudou a cara da Universidade porque a relacionou com o mundo e permitiu que vários professores fizessem pesquisas que qualificassem muito a Universidade.

AMS: Vocês pagavam os honorários do time de projetos que trabalhava nisso?

RO: Sim, honorários, direitos e mais os 15%, dos quais 5% eram direcionados para pesquisa e 10% para a Faculdade, que fazia o que quisesse com esse dinheiro.

AMS: Antes de entrar no projeto que realizavam, vocês tinham um espaço físico na Faculdade de Arquitetura onde as pessoas trabalhavam?

RO: Sim. Em todos os institutos há um lugar específico para pesquisa. Quem realizava esses trabalhos eram os Institutos de Urbanismo, Construção e Design.

AMS: Para estudar uma caixilharia específica, por exemplo, os convênios são feitos com quem? Quem é o contratante para que esse Instituto de Construção desenvolva esse projeto?

RO: O contratante pode ser particular, instituições, prefeitura ou uma empresa. O último com quem eu assinei quando estava na Faculdade era o Conra, que, na época, estava com um problema com um hotel onde as portas

não fechavam bem. As portas foram levadas para análise e, no fim, esse serviço foi cobrado.

AMS: O pessoal de engenharia que trabalhava com vocês, por exemplo, calculistas, instalações elétricas, hidráulica, ar-condicionado, vinham da Escola de Engenharia ou vocês contratavam por fora?

RO: Não, eram todos da Escola de Arquitetura.

AMS: E os projetos? Você poderia me dar alguns exemplos de projetos, além desse que você citou agora, do sistema das portas?

RO: Além desses tecnológicos que eram portas, fechamento de janelas, qualidade do concreto, construíram casas experimentais de madeiras. Quanto ao de urbanismo, fundamentalmente, foi o Plano Diretor para a cidade, do qual participei. Ele foi assinado em 1996. A Faculdade levou três gestões de diretores internos, e o convênio era de 400 mil dólares para fazer quatro projetos.

AMS: Qual foi o tempo que vocês levaram para fazer?

RO: Dois anos. A população de Montevidéu é de um milhão e meio.

AMS: Na verdade, é um escritório, a diferença é que ele funciona dentro da Universidade. Portanto, se você tem gente trabalhando, sejam professores, consultores de acústica, alunos cadistas de primeiro grau, de último grau, para fazer perspectiva ou para dobrar cópia, eles têm de receber pelo trabalho, da mesma forma que você paga em seu escritório, eu pago no meu. Não se trata de uma filantropia. São trabalhos profissionais.

RO: Sim, tem prazo, tem multa, tudo. E depois foram feitos também projetos específicos para arquitetura.

Hector Vigliecca (HV): Lá existe o trabalho de graduação, é um trabalho completo. Todos os alunos têm de fazer; normalmente, pegava-se um trabalho, um projeto de terceiro ano, desenvolvia-se com todos os detalhes, o cálculo de estrutura, cálculos e fundações completas, hidráulica e elétrica. Chamamos de “capeta”, que é a pasta, porque nela havia cerca de 500 fotos, ou seja, a pessoa demorava de um a três anos para fazer o trabalho final de graduação. Eu fui uma exceção porque fomos nós a criar o ateliê com os alunos que fariam o trabalho de graduação. Isso demorou quase quatro anos.

AMS: Então, o trabalho de graduação foi construído?

RO: Construído. Foi um restaurante universitário. Então fizemos todo o acompanhamento, desde colocar os postes, da medição, topografia, até a entrega da obra. Fizemos a aprovação do projeto, o acompanhamento a toda hora, todos os desenhos. O Helio Piñón no laboratório da Universidade da Catalunha fez projetos teóricos de torre e tentou encaminhar políticas, mas não conseguiu atrair o interesse dos políticos. Iniciou o projeto de uma torre, mas ainda não está concluído. Em Montevidéu, a idéia original dos institutos consistia nas aulas dadas e pesquisas realizadas pelos professores. Sendo assim, todo o trabalho era levado para a sala de aula; criando um modelo fundamental você trabalha, pesquisa e ensina.

HV: Esse é o problema: como você toma as decisões de um escritório? Nós não somos dois, três. Lá há 20 professores.

AMS: Mas Hector, e se houver um projeto de piscinão?

HV: Participando não fica complicado tomar decisões?

AMS: Você teria os coordenadores do projeto, coordenador do piscinão Pirajussara, coordenador da Estação Engenheiro Goulart e coordenadores do plano diretor de um município.

RO: Havia um conselho relativo; na verdade, funcionava como uma pirâmide: o responsável final era o diretor, tinha o coordenador e cargos de subdiretores que comandavam uma área, um projeto.

AMS: E a parte executiva, quer dizer, além de ter arquitetos juniores e os arquitetos médios e seniores, como participava, por exemplo, o pessoal mais jovem que lecionava na Universidade, pessoas entre 20 e 30 anos? Quem fazia os contratos?

RO: A Universidade e o reitor assinavam.

Celso Franco, José Paulo de Bem, Sérgio Fiúza
Entrevista realizada em 18/4/2005

Celso Franco
Arquiteto e professor
da FAU-Mackenzie.

José Paulo de Bem
Arquiteto e professor
da FAU-Mackenzie.

Sergio Fiúza
Arquiteto e professor
da FAU-Mackenzie

Anne Marie Sumner (AMS): Gostaria que contassem não só a experiência de vocês no Ceplan, como também na Faculdade.

José Paulo de Bem (JPB): A gente tinha uma relação de grande admiração com os professores de Brasília, a começar pelo Oscar Niemeyer, Alcides da Rocha Miranda, João Filgueiras Lima...

AMS: Oscar Niemeyer dava aula?

JPB: Às vezes ele aparecia e fazia umas palestras.

AMS: Mas ele era diretor da Escola?

JPB: Sim, da FAU. Mas na Universidade de Brasília havia o Instituto Central de Artes, onde todos entravam. Desse instituto é que se abria um leque de possibilidades: arquitetura, música, cinema... A escola tinha seu próprio ateliê de produção de projeto no campus universitário, o Centro de Planejamento da Universidade de Brasília – Ceplan, onde foram realizadas vários projetos.

AMS: Como disciplina?

JPB: Não, uma unidade de produção independente da escola. O fato era: como o Campus da Universidade estava em construção, os projetos eram desenvolvidos nesse escritório.

AMS: E a colina?

JPB: Também foi projetada lá, pelo João Filgueiras Lima. O Instituto Central de Artes, a FAU e o Ceplan funcionavam dentro dos galpões de serviços gerais. Esses prédios térreos projetados pelo Oscar Niemeyer eram muito simples. Vistos de fora, volumes muito baixos e alongados e sem janelas, construídos com painéis pré-moldados. Internamente pátios ajardinados ambientavam as várias áreas internas em uma solução muito agradável.

AMS: O edifício não estava pronto?

JPB: O Instituto Central de Ciências e a praça Maior da Universidade ficaram inacabados com o golpe militar de 1964. Esse projeto do Oscar Niemeyer era muito bonito. O Instituto Central de Ciências funcionava como um fundo para a praça Maior, onde se dispunham, delimitando essa praça, belos volumes das funções coletivas centrais do campus.

Sérgio Fiúza (SF): As diretrizes estabelecidas por Lúcio Costa para o campus da UnB setORIZAVAM toda a área prevista para a implantação da Universidade.

Alguns projetos foram concebidos já no início da UnB: FE's (Faculdade de Educação 1, 2 e 5), por Alcides da Rocha Miranda e Elyn Mackey Dubugras; restaurante e alojamentos (OCA 1 e 2), assim denominados por terem sido projetados por Sérgio Rodrigues – arquiteto industrial dos móveis da marca OCA (diversos projetos mobiliários da Universidade são de sua autoria); os SG's (destinados a serviços gerais) que apresentavam duas tipologias – uma com apenas um pavimento (projeto de Oscar Niemeyer) e outra com dois pavimentos (de autoria de João Filgueiras Lima – Lelé) – esses projetos foram desenvolvidos no Ceplan; o Instituto Central de Ciências (ICC), concebido por Oscar Niemeyer e desenvolvido no Ceplan; a praça Maior, conjunto arquitetônico integrando um Grande Auditório (Aula Magna), a biblioteca central, reitoria, museu e restaurante. Desse conjunto, somente o ICC estava sendo construído em 1965.

Após a crise de 1966, que culminou com a demissão de alguns professores e a autodemissão de outros, a UnB, em 1969, encontrava-se dirigida por novos professores – a FAU por Miguel Alves Pereira.

Dando prosseguimento à implantação do campus da Universidade, diante da oferta de financiamento do governo alemão para a construção da biblioteca, elaborou-se o programa do edifício, onde se concluiu que não era possível cumprir tal programa na projeção do edifício previsto nos estudos do Oscar Niemeyer. Isso levou à concepção de um novo projeto, esse que se encontra construído na praça Maior.

A praça não só deixa de consolidar-se pela mudança do projeto da biblioteca, mas ainda por ter sido alterado também o projeto da reitoria. O restaurante, também ali localizado nos estudos, não terá nem a forma original como também será implantado em outro local por imposição do reitor, o qual, sabendo que o restaurante sempre fora o espaço da manifestação política dos alunos, desejava-o longe da reitoria.

AMS: Em 1962, o primeiro time que comandou o Ceplan tinha o João Filgueiras Lima como primeiro coordenador, certo?

JPB: Não tenho certeza de quando o Ceplan começou a funcionar.

AMS: Em 1962.

JPB: Então, provavelmente nasceu com a Universidade de Brasília, já projeto do mesmo grupo. Eu e o arquiteto Horácio Borges fomos trabalhar lá quando já estávamos formados, ficamos muito pouco tempo, uns dois meses. De lá partimos com o Pedro Paulo Saraiva para Florianópolis.

AMS: Quando você trabalhou lá, já era professor da Escola ou não?

JPB: Não, não era professor.

AMS: Sendo arquiteto contratado para trabalhar no Ceplan, gostaria que você falasse mais a respeito, porque uma das questões que estudamos no Escritório Experimental que estou estruturando na Universidade é a forma de trabalho. A princípio, a maioria dos profissionais trabalhando nesse escritório seriam professores de projeto da própria Faculdade, mesmo assim, poderá haver um consultor, arquiteto ou não, que possa ser contratado. Como você estava me dizendo, se você não era professor, por que foi contratado?

JPB: Fui contratado como funcionário da Universidade de Brasília exclusivamente para trabalhar no Ceplan. Depois da invasão da Universidade de Brasília pelo Exército, da renúncia coletiva dos professores, da decadência da Escola, junto de uma nova equipe de professores que retomou os rumos da escola, entramos, nessa época, no Ceplan.

AMS: Em 1964?

JPB: É. Nessa época em seguida a 1964. A perseguição na Escola, a prisão continuada dos professores, até o pedido de demissão coletiva desses professores e sua dispersão. Os alunos mergulhados nessa confusão geral da Escola que tentava continuar em uma situação a qual, na época, víamos como picaretagem. Mas devia ter gente boa no meio, nossa idéia era essa.

Celso Franco (CF): O Helio Duarte, o Roberto Cerqueira César e o Silvio Vasconcelos vieram.

JPB: Mas os alunos se movimentaram. Depois disso veio também um grupo de São Paulo, entre eles os arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva e o Léo Bomfim. O Alberto Xavier estava lá também. Todos no Ceplan. Nesse período eu e o Horácio entramos como contratados pelo Ceplan.

CF: A Escola foi fechada por movimento dos alunos da arquitetura liderados pelo colega Luis Carlos Prates. Era um movimento da FAU.

AMS: Foi em 1964?

CF: Estávamos, talvez, em 1968; a Reitoria instala a comissão de inquérito no âmbito ministerial para apurar a procedência da reivindicação dos alunos da arquitetura, concluindo que a FAU deveria ser reaberta em novos moldes e corpo docente. Aceitava-se a reabertura da Faculdade sob orientação de Comissão de Ensino do IAB, e nisso se destacou o importante papel do arquiteto Eduardo Knesse de Melo, então presidente nacional do IAB que articulou politicamente o processo. A reabertura da FAU se dá por meio de Fórum que reestrutura o curso. Participaram desse movimento os arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Bastos, Paulo M. da Rocha, Miguel Alves Pereira, dentre outros.

AMS: É esse fórum que decide desconectar o Instituto de Artes Central da FAU?

CF: Sim, o Miguel é escolhido para diretor da nova FAU.

AMS: Como isso aconteceu? Quais foram as alterações do Ceplan? Eu sei que o primeiro Ceplan foi coordenado pelo João Filgueiras Lima, depois fecharam a Universidade, houve esse fórum e então uma reformulação do Ceplan. E quais foram as diferenças?

CF: Praticamente nenhuma, os projetos da UnB continuaram a ser elaborados no Ceplan.

AMS: Vocês três trabalharam no Ceplan?

JPB: O Ceplan funcionava como escritório de arquitetura e participei um pouco do projeto de habitação de estudantes que Xavier e Léo tinham realizado, fazendo uma parte da implantação. Trabalhei lá por dois meses.

AMS: E era, em princípio, projeto da Universidade?

CF: Projetada para o Itamaraty, seria ocupada por funcionários das embaixadas. Trabalharam no projeto, salvo engano, Fernando Burmeister e Mayumi de Souza Lima.

AMS: E onde estão essas superquadras?

CF: Na Asa Norte, na altura da Universidade entre a faixa 400 e a do eixo 300.

AMS: Quer dizer que foi projetado, foi construído, foi até o final.

SF: O Jaime fiscalizou a obra do Palácio do Itamaraty.

AMS: Como assim, o Palácio do Itamaraty? Aquele com os arcos? Mas isso era projeto da Universidade?

SF: Não, ele apenas fiscalizou a obra. Ele morava em um barraco de madeira dentro do canteiro, não saía da obra.

JPB: Visitei algumas vezes, nos finais de semana, o Jaime, de minha equipe de colegas da FAU. Ele trabalhava na Camargo Correa, desenhava há muito tempo.

AMS: Ele era aluno da escola?

JPB: Sim, meu colega.

AMS: Fazia arquitetura, mas era técnico, trabalhava na Camargo Correa acompanhando as obras.

JPB: Passamos a Universidade inteira juntos; na hora em que se montaram os grupos, sobraram pessoas extremamente heterogêneas, formando um grupo que funcionou muito bem até o fim do curso.

AMS: Mas como era a experiência na cidade de Brasília tão cedo assim? Quer dizer, creio que isso é um depoimento em si, porque imagino ter sido uma experiência magnífica. Aquele Planalto Central, o cerrado, o barro, a cidade sendo construída com uma arquitetura de primeiríssima linha no mundo. Fico tentando imaginar o que deve ter sido para vocês; como era viver na cidade de Brasília naquela época?

JPB: Não sei, porque a gente tinha aula até embaixo de árvores. Tudo em construção, tínhamos aulas em qualquer lugar. Brasília inteira era assim. Um lugar muito aberto, em todos os sentidos. Mas, outro dia vi uma foto minha dessa época, em um grupo e no campus da Universidade, e não me reconheci assim tão imediatamente.

AMS: E como era a relação com a cidade?

JPB: Em Brasília não havia nenhuma sensação de estranheza, tudo era novo, mais ao mesmo tempo familiar, nas relações entre as pessoas e com a cidade.

AMS: Mas devia ser um mundo bem diferente.

SF: Para carioca e paulista era uma loucura mesmo. Conheci alguns paulistas que voltaram, mas a maioria ficou e formou-se por lá.

JPB: Acredito que, de todo o Brasil, tudo se reunia um pouco em Brasília.

AMS: A obra de Brasília começou em qual época?

SF: Em 1956 e 1957 começaram a construir os palácios.

AMS: Imagino que vocês pegaram uma cidade que era, basicamente, um cerrado no Planalto Central, com viário sendo aberto, com as obras começando, como um canteiro de obras.

CF: Andava-se muito a pé lá. A Asa Norte, onde estava a UnB, era cerrado, muito desocupado, apenas com sistema viário iluminado construído.

SF: No meio disso tudo, tinha uma cinemateca excelente com bons filmes. Aos sábados, ao meio dia, Claudio Santoro regia a orquestra no Auditório da Arquitetura. Encontrávamos muita gente, íamos a muitos lugares. Eu gostei muito de meus cinco anos em Brasília, foram muito ricos, principalmente porque saí de São Paulo e lá se tem extrema liberdade. Os próprios professores davam muita liberdade.

AMS: Quando vocês saíram da Escola vocês ficaram em Brasília?

SF: Fui direto para a Europa e fiquei em Paris, Londres e outros lugares. Fui para a África também, procurar emprego na Argélia.

AMS: De Brasília para Argélia? Trata-se de uma aventura.

SF: Morei em Constantine, a trabalho. Foi difícil, mas já estávamos acostumados porque tínhamos vivido cinco anos em Brasília, então topávamos qualquer negócio.

JPB: Em Brasília tinha gente do Brasil inteiro.

SF: Darcy Ribeiro conseguiu que o governo peruano doasse um avião e também um laboratório de física da Checoslováquia com reator atômico para a Universidade. Darcy Ribeiro era muito ativo e tão animado com a Universidade que levava governantes, embaixadores de outros países para visitar a qualquer hora. Uma vez presenciei isso, pois estava trabalhando de madrugada no Instituto de Artes quando Darcy chegou com uma turma enorme, talvez saídos de alguma recepção qualquer.

JPB: Em todas as áreas tinha muita gente boa. Na área de ciências tinha um cientista muito respeitado, o Roberto Salmeron; no cinema, o Nelson Pereira dos Santos, Paulo Emilio e Jean Claude Bernardet. Artistas plásticos como o Alfredo Ceschiatti, o Athos Bulcão, a Amélia Toledo; músicos como o Cláudio Santoro.

SF: Esse pessoal foi para lá com esperança, como se fosse um renascimento da cultura. Foi um idealismo. As pessoas vieram da Suíça pensando: "Vamos colaborar com o Brasil, lá há uma universidade que podemos ajudar." Por exemplo: Jair Gramacho, um poeta baiano de grande talento, era professor de grego, ele "acreditava" que lá "era a Grécia", que aquele grande prédio do Oscar Niemeyer era uma acrópole.

AMS: Vocês moravam próximos à Escola?

SF: Morávamos relativamente perto. A Asa Norte fica próxima à Escola, aproximadamente 20 minutos a pé. Também havia ônibus, podíamos ir de ônibus para qualquer lugar que quiséssemos. Reuníamos-nos na W3, principalmente por ter bares, restaurantes e os cinemas.

AMS: Após Brasília, qual foi sua experiência e para aonde você foi? Poderia falar também a respeito de sua tese de mestrado?

CF: Gostaria de começar com aquela pergunta de como era a sensação de morar em Brasília. Sou paulista e naquela época queria sair de São Paulo. Brasília era esperança, uma expectativa de mudança, de futuro. Acreditava-se que acordaríamos em outro Brasil, mesmo depois do golpe militar, acreditava-se que em um ano estaria acabado. Em 1968, decepcionamo-nos, acabaram-se as ilusões. Víamos tudo acontecer em Brasília, e lá imaginávamos um grande futuro. Outra decepção foi a crise que a Universidade passou. Muitos alunos pararam de estudar e não queriam mais saber do Brasil. A Universidade não mais era o modelo de reforma universitária para o Brasil, tínhamos agora apenas uma saída para aquela Faculdade. Ainda a memória viva da vivência no espaço da UnB: o começo de tudo com as OCA's, os FE's, os SG's, mantinha-nos ali sempre ligados aos primeiros tempos da "Utopia Unb".

AMS: Nada disso existe mais, somente em foto.

CF: Os FE's continuaram lá, os SG's, durante um certo tempo, abrigando o ICA, a FAU e o Ceplan também continuaram lá, mas o antigo restaurante e um dos alojamentos pré-fabricados em madeira foram destruídos por incêndio, restando somente um dos alojamentos (ICA2).

JPB: Empilhava-se esse protótipo, em um volume escalonado, vazado por pátios entre as unidades.

CF: A Fundação UnB era mantenedora da UnB, cujos recursos vinham da Cia. Siderúrgica Nacional, de quem a Fundação UnB detinha as ações. Com fonte de recursos assegurada, foi possível estabelecer plano diretor compatibilizando a implantação física do campus com a abertura de capacitação de professores, cursos e instalação da infra-estrutura necessária. O processo de implantação da UnB, consolidado em seu plano diretor, foi interrompido pelo confisco das ações pelo governo submetendo a Faculdade ao regime de orçamento do Ministério da Educação.

Esterzilda Azevedo

Entrevista realizada em 6/7/2005

Esterzilda Azevedo
Professora da
FA-UFBA e
coordenadora do
Laboratório de
Requalificação
Urbana da FA-UFBA.

Esterzilda Azevedo (EA): Nosso projeto nasce de uma rede da qual participamos, uma rede internacional, que tem como perspectiva trabalhar centros de cidades ou áreas periféricas de cidades abandonadas, mas com ênfase no projeto arquitetônico. É uma perspectiva de requalificação de uma área, na qual o projeto arquitetônico seria a gênese dessa requalificação. Então, fizemos aqui, em 2001, um seminário. Na verdade, esses países e essas universidades que se integram nessa rede, anualmente, fazem um seminário, um *workshop*, em que participam estudantes capitaneados naturalmente por mim, de várias faculdades, inclusive da Universidade, além da Faculdade de Arquitetura. Existem sempre áreas-pretexto dessas cidades, áreas temáticas de *workshop*. Em nosso caso, fizemos aqui, em 2001, um *workshop* como esse, com um seminário internacional de projeto de requalificação urbana e cultural da cidade, e a área-pretexto, a área do Pilar. Essa área resultou em um livro, que reúne os sete trabalhos feitos por equipes multinacionais e palestras de professores durante esses seminários. A partir daí, houve um interesse do Estado de viabilizar um projeto real, que não fosse somente um projeto acadêmico. Éramos nós quem estávamos discutindo já há algum tempo. Essa cidade histórica está dentro do centro histórico tombado, Pilar.

Anne Marie Sumner (AMS): Então, na verdade, vocês estão fazendo um projeto de revitalização dessa área, financiado por quem?

EA: O Estado se interessou nesse trabalho e conveniu-se com a UFBA. A FAU e nós montamos esse laboratório para viabilizar um projeto, cuja primeira instância era a inserção social, ou seja, um projeto de habitação popular para as pessoas que hoje moram na área. Essa área, originalmente, não era uma área tradicionalmente de habitação, porque é zona de comércio. Ela era uma área de exportação e importação, de porto, etc. Só que com o tempo, com a degradação, ela hoje talvez seja uma das áreas mais desagradáveis do centro histórico, devido à muita prostituição e lá habita uma população cuja renda varia entre meio e um salário mínimo. Há poucas pessoas propensas a um levantamento social na área. E, então, adotamos a área com grande paixão. Esse convênio, para ser feito em seis meses, começou em 2003 e já estamos em 2005. O Ministério da Cidade nos adotou, no sentido de querer continuar esse trabalho.

AMS: Até agora, então, com a mudança de ministro...

EA: Inicialmente, faremos um projeto de habitação para 103 famílias, e um segundo projeto para 250, quer dizer, no total, teremos de abrigar 350 famílias na área. O Pilar possui esse nome porque existe uma igreja do século 18 com um edifício cemitério anexo, neoclássico do século 19, tombados pelo Iphan. E ela está no sopé da cidade alta dessa grande costa, que é uma falha geológica de 70 metros.

AMS: O levantamento foi feito pelos estudantes?

EA: Sim, estudantes nossos, voluntários que trabalham conosco, que vão comigo aos seminários, que adotaram isso como uma perspectiva de trabalho e alguns já participaram como estagiários bolsistas e outros continuam vindo.

AMS: Qual é a formação jurídica de vocês?

EA: Não temos. Somos um grupo dentro da FAU e da pós-graduação.

AMS: E a contratação de pessoal é feita por bolsas?

EA: São bolsistas, normalmente são estudantes ou da pós ou da graduação.

A implantação do projeto faz parte do Pró-Moradia. Como tínhamos um primeiro desafio abrigar 103 famílias em uma área que tem de ser requalificada, onde se encontram famílias de baixa renda. Por que se chama Pró-Moradia? Porque foi assim que o Estado o nomeou ligado à Caixa Econômica. Não tínhamos a condição fundiária dessas áreas, o que é fundamental; a quem pertence, o quê pertence, como fazer, como desapropriar, mas sabíamos o seguinte: era preciso pensar em uma estratégia de requalificação dessa área, de forma que essa população pudesse ser inserida.

Esse aqui é o Mercado do Ouro e que hoje vai ser a Casa Cor, chamando a atenção para a área. Já estamos fazendo um projeto; a maquete do mercado estamos fazendo com as plantas. Tudo isso a gente faz um pouco sem encomenda, para demonstrar a viabilidade de levar adiante o processo. Bom, nesse edifício aqui, fizemos esse projeto, naquela área.

AMS: Isso está em qual escala?

EA: Escala de 1 para 1.000.

AMS: Vocês iniciaram esse escritório há quanto tempo?

EA: Em setembro de 2003. A Ana Maria Fernandes ainda era diretora e cedeu-nos essa sala.

No caso do Pilar, e para o seminário, o CNPQ nos ajudou, mas não para a pesquisa.

AMS: E esse seminário é um evento internacional?

EA: Sim. Faz parte dessa rede que mencionei anteriormente. É uma rede que nasce na Itália, onde nos inserimos. Então, há duas universidades italianas – a Universidade de Coimbra, uma universidade do Paraná (a Federal do Paraná) e a Federal do Espírito Santo. Teríamos do Chile, mas o Chile não pôde vir.

Equipe de Projeto

Autores

Arquitetos Anne Marie Summer, Vera Santana Luz, Hector Viglicca, Flavio Marcondes e Tito Lívio Frascino

Consultores

Engenheiros Renato Zuccolo/Águas; Claudio Macedo – Sistran/Transportes; Agrimensor Irineu Idoeta – zoneamento-acrofotogrametria

Interlocutores

Arquitetos Angélica Alvim, José Paulo de Bem e Luiz Guilherme R. de Castro

Arquitetos colaboradores

Ronald Werner Fiedler, Gabriel Farias e Pablo Rosenberg

Estudantes colaboradores

Chien Yen Chun, Daniela Pochetto, Juliana Kayakama, Lina Idoeta, Alessandra Mak, Carla Fonseca; fotografia: Chien Chia Chin; perspectivistas: Gabriel Farias, João Paulo Payar, Luciana Benfati, Rafael Brich, Miguel Muralha, Sérgio Zancopé Jr., André Villas Boas e Roberto Ferri.

Agradecimentos concernentes à realização do projeto para o Prêmio Prestes Maia 2006/Ligação Leste-Oeste de SP

Abílio Guerra, Editora Romano Guerra; senhor Fernando Alves, presidente da Price Waterhouse; arquiteta Mirtes Luciani; engenheiro Ivan Idoeta – base aerofotogrametria

Créditos referentes a entrevistas/colóquios

As entrevistas foram realizadas no âmbito da pesquisa *Universidade e sociedade: A constituição do Escritório Experimental de Projetos FAU-Mack*, no ano de 2007, sob coordenação de Anne Marie Summer, na gestão da diretora da FAU-Mackenzie, Nádia Somekh e subvencionada pelo Mack-Pesquisa.

Colaboradores diretos da pesquisa

Assistentes de Letras/Mackenzie – Tradução

Jacqueline Monteiro Alves, Lara Magi e Marta Albertini Dias

Assistente da Arquitetura-Mackenzie

Fabricia Zulin, Marina Vossa Rossini, Nicolas Paffi e Juliana Thomaz

Assistente do Desenho Industrial-Mackenzie

Jussara Fino Silva

Os professores do Centro de Letras da Universidade Mackenzie: Célia Guimarães Helene, Ronaldo Teixeira Martins e Ronaldo de Oliveira Batista em muito auxiliaram nos laboratórios de tradução dos textos internacionais.

Agradecimentos

Agradeço a Otilia Beatriz Fiori Arantes pela interlocução no texto inicial desta publicação, a Marco Antonio Lopez Tabet pela interlocução referente à idéia de um Escritório Experimental ligado à Universidade e a Ruth Verde Zein pelo acompanhamento nas tentativas de publicação.

Anne Marie Summer

Arquiteta e doutora pela FAUUSP, mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – Departamento de Filosofia – área de estética, titular do Escritório Anne Marie Summer Arquiteta Ltda. e professora de Projeto da FAU-Mackenzie.